



**Conferência Ibero-Americana
de Chefes de Estado e de Governo**
Reuniões Ministeriais Setoriais
Relatório Final
2009



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo
Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

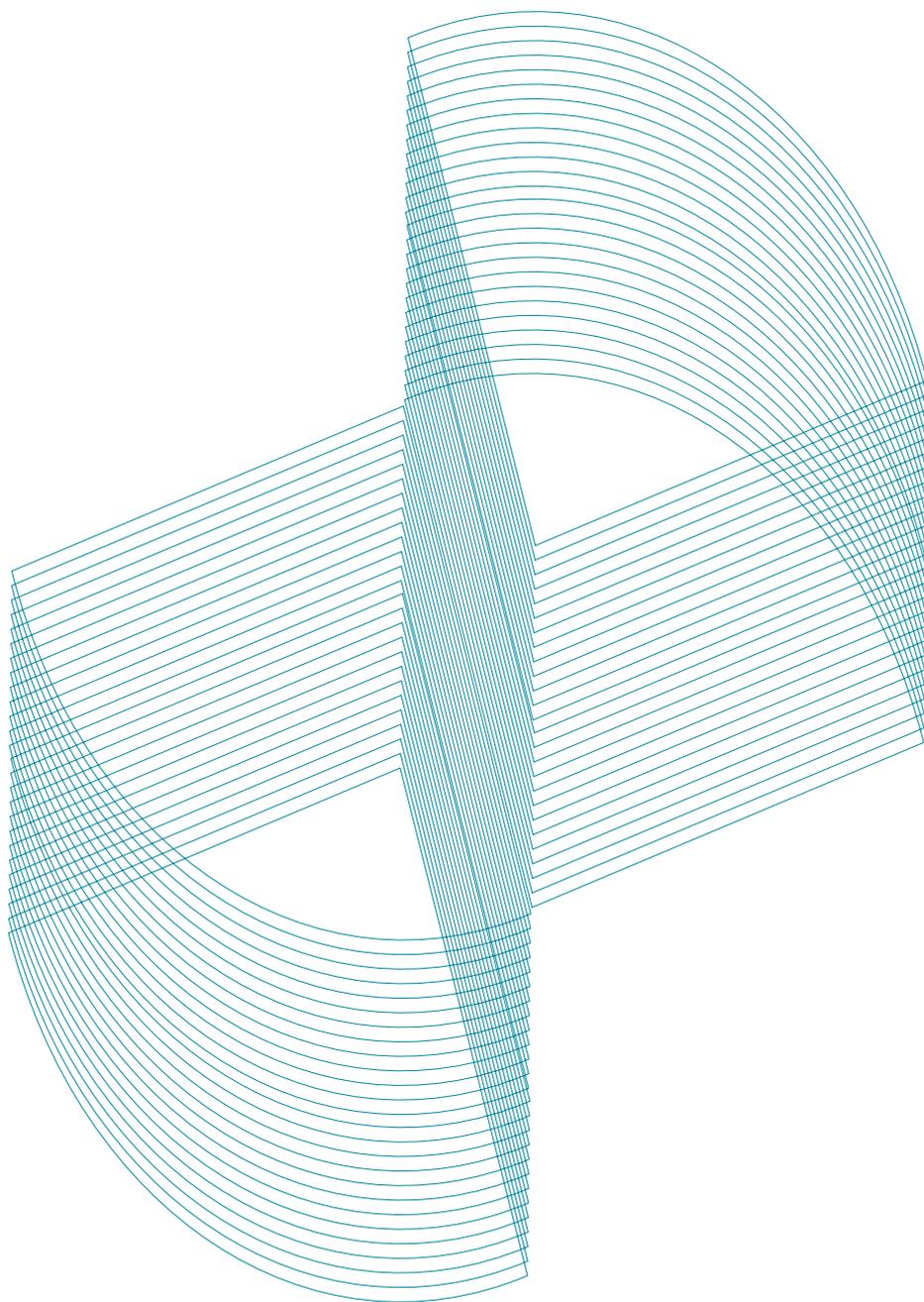
Editado por: Secretaria-Geral Ibero-Americana
Impressão: by Print
Data: Março de 2010
Depósito Legal: M-15303-2010

Índice

RELATÓRIO	5
PRONUNCIÇÕES SOBRE INOVAÇÃO E CONHECIMENTO NAS DECLARAÇÕES MINISTERIAIS	17
FICHAS TÉCNICAS E DECLARAÇÕES	23
◆ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO	26
◆ COMUNICAÇÕES	31
◆ CULTURA	35
◆ EDUCAÇÃO	41
◆ FINANÇAS	47
◆ INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	54
◆ INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	61
◆ MEIO AMBIENTE	69
◆ SAÚDE	76
◆ SEGURANÇA SOCIAL	80
◆ TURISMO	84
CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	89
ASSISTÊNCIA ÀS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	93
QUADRO ESTATÍSTICO	
NOTAS AO QUADRO ESTATÍSTICO	
QUADRO HISTÓRICO DAS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS DA XIII À XIX CIMEIRA	97
QUADRO DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	103
ANEXOS	107
◆ DECLARAÇÃO DE LISBOA	109
◆ PROGRAMA DE AÇÃO DE LISBOA	115

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Relatório



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Relatório

As diversas Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) realizadas ao longo do ano¹, previamente a cada Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, reflectem o diálogo político e a vocação de cooperação que caracterizam a Conferência Ibero-Americana. A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), nos termos das alíneas b), c) e d) do artigo 2 de seus estatutos², ocupa-se, junto com a Secretaria Pro-Tempore³, da preparação dessas reuniões, a elas assiste, elabora os respectivos relatórios e as informações de acompanhamento, e guarda sua memória histórica mediante a custódia das Declarações.

A presente publicação contém um resumo dos temas substantivos tratados em cada uma das RMS em 2009, as referências feitas nas declarações, atinentes ao tema central da XIX Cimeira: "Inovação e Conhecimento", os principais resultados concretos de tais reuniões, a ficha técnica e os textos íntegros das Declarações Ministeriais, também disponíveis na página Web da Secretaria-Geral Ibero-Americana (www.segib.org). A documentação adicional, como anexos ou outros textos de trabalho provenientes dessas reuniões, encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria-Adjunta da SEGIB.

A título de informação complementar, esta publicação inclui o Calendário da XIX Conferência Ibero-Americana, o quadro estatístico de comparecimento às RMS em 2009, o histórico das RMS celebradas nos últimos sete anos e o quadro ilustrativo da estrutura da Conferência, e, como anexos, os documentos emanados da XIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo: a Declaração de Lisboa e o Programa de Ação de Lisboa.

No início de 2010, publicar-se-á como adenda a esta edição um anexo com as propostas acolhidas pelos Chefes de Estado e de Governo na XIX Cimeira ou com os mandatos que emanem para os respectivos ministérios e setores.

¹ Ver quadro histórico na página 97.

² b) Apoiar a Secretaria Pro-Tempore na preparação das Cimeiras Ibero-Americanas; c) Colaborar com a Secretaria Pro-Tempore e com o país anfitrião quando necessário na preparação, coordenação e acompanhamento das Reuniões Ministeriais Setoriais; d) Desempenhar, em coordenação com a Secretaria Pro-Tempore, as funções de relator nas Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, nas Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e nas Reuniões Ministeriais Setoriais.

³ A Secretaria Pro-Tempore cabe ao país sede da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Reunião Extraordinária de Ministros Ibero-Americanos das Finanças (Porto, 2 de Março)

O evento foi convocado com o objetivo de os Ministros das Finanças, Secretários de Finanças e Governadores de Bancos Centrais Ibero-americanos discutirem e coordenarem posições tendo em conta a Cimeira do G-20 que teria lugar em Abril em Londres, com a participação da Argentina, Brasil, México e Espanha.

Durante a RMS, foram trocadas reflexões e experiências acerca da presente crise económica, e adiantadas propostas concretas para a sua resolução. Considerou-se que a atual crise económica e financeira torna necessário adoptar medidas para minimizar os seus efeitos e programar reformas estruturais que fortaleçam os mercados financeiros, através de uma adequada estrutura de regulação e controlo e de uma maior transparência. Salientou-se a importância da manutenção de fluxos de crédito, incentivando o financiamento de projetos viáveis e criadores de emprego, e reforçando os programas de apoio às pequenas e médias empresas. Sublinhou-se que os países devem implementar medidas de carácter temporário e diminuir as distorções na concorrência. Destacou-se igualmente a importância de as instituições financeiras internacionais prestarem apoio aos processos de desenvolvimento sustentável da região bem como a necessidade de aumentar os recursos financeiros dessas instituições.

Participaram 22 países (9 ministros, 4 governadores de Bancos Centrais, 3 vice-ministros, 4 altos responsáveis e 2 funcionários de Embaixada) além de altos funcionários pertencentes a organismos internacionais, tais como: FMI, OCDE, CEPAL, BID, BM, CAF e BEI.

XIX Conferência Ibero-Americana de Educação (Lisboa, 20 de Abril)

Os Ministros da Educação de 21 países ibero-americanos (8 ministros, 8 vice-ministros, 3 altos responsáveis e 2 funcionários de Embaixada) reuniram-se⁴ a fim de estabelecer metas, com datas e objetivos, para melhorar o ensino na região, desde a escolaridade infantil até à formação de adultos. Assistiram igualmente ao evento delegados de alto nível de organismos internacionais, tais como o BID, UNICEF e UNESCO.

Os trabalhos concentraram-se na análise dos planos educacionais para o próximo decénio, sobretudo na América Latina, e nas medidas necessárias para cumpri-los. A Conferência estabeleceu uma série de metas para combater o analfabetismo

⁴ A Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

e transformar o ensino na região. O objetivo imediato é universalizar a formação básica e atender os 15 milhões de crianças ainda sem escolarização, estendendo igualmente a educação em todos os níveis através da inovação e o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Assim sendo, o “objetivo principal” desta Conferência consistiu em impulsionar o projeto “Metas Educativas 2021”, que pretende transformar a educação ibero-americana durante a próxima década. Relativamente ao tema da XIX Cimeira Ibero-Americana, os ministros consideraram a inovação e o conhecimento factores decisivos para elevar os índices de desenvolvimento humano e condição para conseguir uma maior justiça social. Acrescentaram que, numa situação de crise económica, a aposta pela inovação e pela educação, com o uso generalizado das TICs, é uma via fundamental para melhorar a situação na região ibero-americana.

XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Cultura (Lisboa, 22 de Abril)

Esta RMS⁵ foi celebrada sob o tema “Português e Espanhol, Línguas Partilhadas, Instrumentos de Identidade, Criatividade e Multiculturalismo”. Na Declaração Final solicitou-se à OEI a criação de um programa que promova a tradução intensiva de obras de português para espanhol e de espanhol para português, de forma a acelerar o conhecimento mútuo de todas as culturas ibero-americanas. A Conferência manifestou o seu apoio unânime ao II Congresso da Cultura Ibero-Americana que se realizou no mês de Outubro em São Paulo; e ao III Congresso que terá lugar em 2010 na cidade colombiana de Medellín.

Os Ministros decidiram promover e institucionalizar o uso intensivo do português e do espanhol no ciberespaço, contribuindo para o aparecimento crescente de artigos científicos e de divulgação geral nas referidas línguas, além de esforçar-se por garantir igualmente a presença no ambiente digital das outras línguas empregadas na região. Saudaram a criação dos novos Programas Ibero-Americanos de Cooperação Cultural, Ibermuseus e Iberorquestras, assim como o propósito de formar uma Orquestra Juvenil Ibero-Americana. Analisaram o andamento de projetos como a Rota da Liberdade, que promove o conhecimento mútuo entre os povos, e ratificaram o seu compromisso com a Carta Cultural Ibero-Americana. Estiveram representados 20 países (6 ministros, 7 vice-ministros, 6 altos responsáveis e um embaixador).

⁵ A Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) exerce a Secretaria Técnica desta reunião.

XI Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Lisboa, 18-19 de Junho)

Uma das principais decisões da reunião vincula-se à necessidade de um seguimento e uma avaliação dos compromissos subscritos nas Conferências anteriores, no âmbito da implementação da Convenção sobre Direitos da Criança. Neste sentido, a Conferência deu instruções ao Programa de Cooperação Ibero-Americana “Fortalecimento e Formação em Políticas de Infância” no sentido de dar prioridade ao acompanhamento e avaliação dos compromissos em matéria de infância.

Do mesmo modo, na RMS os países partilharam boas práticas no tocante à infância e inovação, práticas essas que foram avaliadas como uma importante contribuição para a região. Nesse âmbito, manifestou-se a necessidade de divulgar essas práticas, solicitando-se à SEGIB que crie um sítio, na sua página Web, para dar a conhecer as boas práticas dos países ibero-americanos em matéria de políticas de infância, cabendo aos respectivos governos a definição e o envio dos conteúdos que ali se venham a difundir. A Conferência Ministerial registou avanços significativos e compromissos concretos: o Fundo para o Desenvolvimento da Infância aprovou o financiamento de 35 projetos, por um total aproximado de 4,6 milhões de dólares, que beneficiam 10 países ibero-americanos; em colaboração com a UNICEF levar-se-á a cabo uma sistematização de experiências para apoiar a definição de políticas em favor de crianças e adolescentes.

Estiveram presentes 15 delegações (3 ministros, 3 vice-ministros, 5 altos responsáveis de área e 4 funcionários de Embaixada).

XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Lisboa, 25-26 de Junho)

Esta RMS⁶ permitiu aos 17 países participantes (3 ministros, 7 vice-ministros, 5 altos responsáveis e 2 funcionários de Embaixada) partilhar experiências sobre inovações recentes nos seus processos de reforma do Estado, debater o tema da Cimeira, Inovação e Conhecimento, a partir da perspectiva da gestão pública, e aprovar a Carta Ibero-Americana de Participação Cidadã na Gestão Pública.

⁶ O Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) exerce a Secretaria Técnica desta reunião

Esta Carta, que constitui um marco importante na consolidação da Administração do Estado ao serviço da democracia, pretende ser um instrumento que sirva de guia e de orientação aos Governos ibero-americanos para alcançar uma participação cidadã efectiva na gestão pública. A Carta reconhece o papel do Estado no estabelecimento de políticas públicas que garantam a participação dos cidadãos como actores sociais protagonistas no desenvolvimento dos seus países, propõe uma linguagem comum sobre a democratização da gestão pública e oferece um quadro referencial juridicamente não vinculante para que os Estados ibero-americanos possam adaptar as suas orientações à história, cultura, tradição jurídica e ambiente institucional das suas sociedades.

Por outro lado, os Ministros concordaram que, na atual situação de crise global, o Estado tem de assumir um papel ainda mais relevante e que os Governos devem promover a inovação e o conhecimento como factores estratégicos fundamentais que favoreçam administrações e políticas públicas mais eficazes e mais ligadas ao cidadão na superação da crise.

XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde **(Évora, 29-30 de Junho)**

Esta reunião concentrou-se em estratégias comuns para melhorar os cuidados de saúde primários (CSP), orientadas para o reforço do primeiro nível dos cuidados médicos da população ibero-americana através da introdução da inovação e com a finalidade de fortalecer os sistemas integrais de saúde dos Estados. Os Ministros decidiram atribuir maiores recursos aos cuidados de saúde primários e implementar medidas inovadoras na rede de cuidados de saúde primários através de estratégias coordenadas e eficazes que alcancem elevados padrões de saúde. A reunião permitiu um intercâmbio enriquecedor de experiências relativamente a métodos inovadores e integrados de sistemas de cuidados de saúde primários. Acordou-se construir uma plataforma de entendimento entre os países para partilhar experiências de CSP com impacto na redução das desigualdades sanitárias e em cumprimento dos Objetivos do Milénio.

Na Conferência debateu-se o impacto da Gripe A no espaço ibero-americano e a delegação mexicana deu a conhecer a sua estratégia de prevenção e controlo da pandemia.

Estiveram representados nesta reunião 18 países (7 ministros, 3 vice-ministros, 1 alto responsável e 7 funcionários de Embaixada).

IX Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Cascais, 1-2 de Julho)

O evento sublinhou a importância do setor turístico como factor determinante para a recuperação económica, além da necessidade de não se perderem de vista as políticas estratégicas de turismo a longo prazo. Houve consenso acerca do facto de o setor se ressentir dos problemas económicos mundiais, concluindo-se que não está em crise e que deve aproveitar as políticas de reactivação da economia para dar maior impulso às suas infra-estruturas, formação e recursos. Neste sentido, os Ministros acordaram solicitar aos Chefes de Estado e de Governo a reunirem-se na XIX Cimeira do Estoril, que continuem a contribuir para uma maior valorização do turismo nas economias ibero-americanas, com ênfase nas políticas públicas e de investimento em formação de qualidade, em inovação e em novas tecnologias aplicadas ao turismo.

Participaram 17 países (1 ministro, 7 vice-ministros, 3 altos responsáveis e 6 funcionários de Embaixada).

I Conferência Ibero-Americana de Ministros das Comunicações (Estoril, 8-9 de Julho)

O propósito desta primeira reunião no âmbito da conectividade digital e telecomunicações foi o de trocar experiências levadas a cabo nos países participantes, com o fim de melhorar as condições de acesso à banda larga do maior número possível de utilizadores, principalmente dos setores mais desfavorecidos, bem como das pessoas que vivem no âmbito rural, graças à criação de centros de acesso em todos os municípios.

Prestaram-se informações acerca dos projetos nacionais de inclusão social que se desenvolvem em vários países para dotar as crianças nas escolas das ferramentas necessárias (fundamentalmente computadores) que lhes permitam, por um lado, ter melhores condições de acesso ao conhecimento e, por outro, desenvolver a sua criatividade e comunicar as suas próprias experiências.

Os delegados decidiram também criar um grupo aberto e transversal de trabalho, que inclua outros setores como os da educação, cultura e saúde, e cuja função consistirá fundamentalmente em avaliar a possibilidade de criar um Programa Ibero-Americano de Cooperação, a partir dos programas nacionais e de cooperação intergovernamental já existentes, para promover e dinamizar o acesso de estudantes e professores à Sociedade da Informação através de computadores e conexões à Internet em todos os países ibero-americanos.

Esta Conferência contou com a participação de delegações de 14 países (2 ministros, 3 vice-ministros, 4 responsáveis da área das comunicações e 5 funcionários de Embaixada).

VII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social

(Lisboa, 10-11 de Setembro)

A Conferência analisou três temas de transcendência para promover o acesso aos serviços sociais no âmbito ibero-americano: o Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, a Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho e a Tecnologia Aplicada à Gestão da Segurança Social.

Aprovou-se o texto do Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social que estabelece que os trabalhadores ibero-americanos, independentemente da sua origem e residência, conservarão os seus direitos sociais básicos, concretamente, o subsídio de aposentadoria, que inclui os descontos de todos os anos de trabalho exercidos em qualquer país.

Com relação ao projeto de Estratégia Ibero-Americana de Segurança Social e Saúde no Trabalho, a Conferência solicitou à OISS que dê curso aos trabalhos dirigidos ao seu desenvolvimento e implementação.

Considerando o tema da XIX Cimeira, os Ministros recomendaram um melhor aproveitamento do potencial que oferece a tecnologia moderna para ampliar o acesso dos cidadãos aos diferentes serviços de segurança social, e para aprimorar a prestação dos serviços e a gestão geral dos Sistemas de Protecção Social.

A Conferência contou com a participação de delegações de 16 países (2 ministros, 5 vice-ministros, 5 altos funcionários e 4 representantes de Embaixada).

IX Fórum Ibero-Americano de Ministros de Meio Ambiente

(Santiago, Chile, 9-11 de Setembro)

As alterações climáticas e a inovação tecnológica foram os eixos temáticos do Fórum, que abordou igualmente a questão da água como vector transversal na luta contra os efeitos adversos das alterações climáticas. Os debates do Fórum tiveram como objetivo definir posições sobre as formas de encarar a problemática das alterações climáticas com vistas não só à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Estoril, como também à Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a celebrar-se em Copenhaga.

Os Ministros decidiram elevar à consideração dos Chefes de Estado e de Governo a necessidade de uma participação activa e facilitadora nas negociações sobre alterações climáticas promovendo um resultado favorável na COP 15 de Copenhaga, na qual os países desenvolvidos, de acordo com a responsabilidade na geração do fenómeno das alterações climáticas, devem assumir compromissos claros e quantificáveis na redução de emissões de dióxido de carbono. Reiteraram, igualmente, que todos os países devem participar no esforço global de redução dessas emissões de acordo com as circunstâncias de cada país e das respectivas capacidades na luta contra as alterações climáticas.

A Conferência chamou a atenção para as alterações climáticas que afectam a disponibilidade e acesso das populações à água, sublinhando a necessidade de planificação e gestão integrada dos recursos hídricos ao nível da bacia hidrográfica ou do caudal de água, consoante o caso.

O Fórum contou com a participação de 19 países (9 Ministros, 5 Vice-Ministros, 2 altos funcionários e 3 representantes de Embaixadas).

I Reunião Interministerial Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento

(Estoril, 9 -10 de Novembro)

Os Ministros responsáveis pela inovação e o conhecimento, desde a perspectiva das diversas pastas participantes, reconheceram a inovação como o factor crítico para o desenvolvimento dos países da comunidade ibero-americana no contexto da sociedade do conhecimento, capaz de gerar e sustentar ciclos prolongados de crescimento, bem como soluções para as necessidades sociais. Em consequência, acordaram reforçar os programas de inovação no quadro das estratégias nacionais de desenvolvimento, promovendo políticas públicas de longo prazo dirigidas aos agentes da inovação e do conhecimento, tanto no setor público como no setor privado.

Os ministros assim tomaram nota dos resultados dos seminários preparatórios organizados pela SEGIB dedicados à temática de Inovação e Conhecimento, nomeadamente o Seminário de Salamanca sobre "Inovação", o Seminário de Buenos Aires sobre "Espaço Ibero-americano do Conhecimento", o Seminário do Rio de Janeiro sobre "As políticas públicas para incentivar a inovação no setor privado: Uma agenda prioritária", o Seminário de Monterrey sobre "As instituições de inovação" e o Seminário Final do Estoril sobre "Inovação e Conhecimento". Os ministros acordaram reconhecer que, na atual situação de crise económica, o investimento na ciência, tecnologia, inovação e no conhecimento constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento económico e social, convertendo a atual conjuntura numa oportunidade para o aumento dos níveis de coesão e desenvolvimento na região.

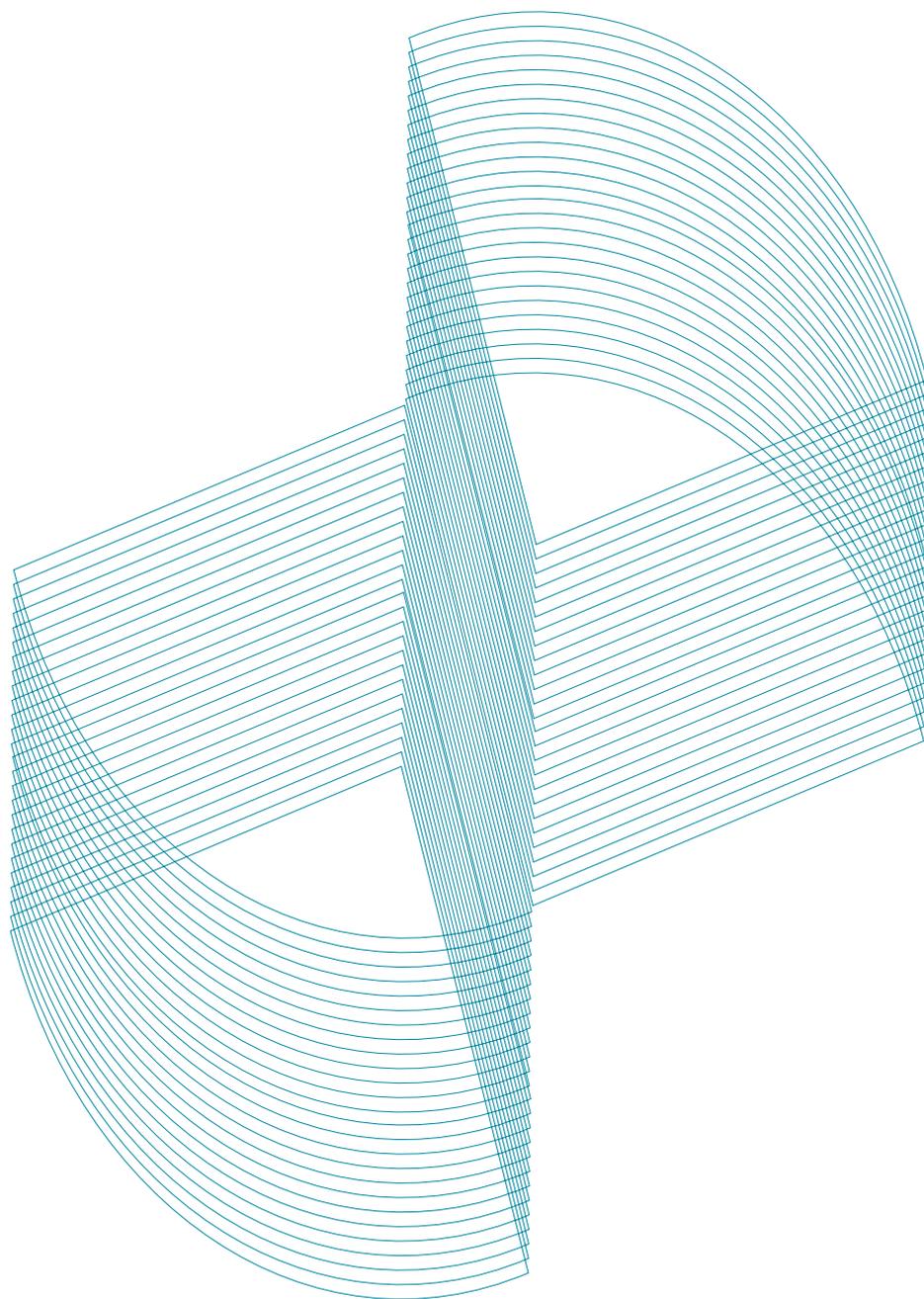


Os participantes decidiram submeter à consideração dos Chefes de Estado e de Governo o anúncio de um novo Programa Ibero-americano para a investigação aplicada e a inovação tecnológica, denominado "IBERO-AMÉRICA INOVA", inclusivo e aberto a todos os países, complementar dos programas existentes e estreitamente articulado com esses. Com este novo Programa visa-se o reforço da cooperação ibero-americana em matéria de investigação aplicada e Inovação tecnológica entre empresas (especialmente PME) de diversos países. O programa visa ainda contribuir para um modelo de apropriação social e económica do conhecimento mais equilibrado no âmbito das sociedades ibero-americanas. O lançamento do novo Programa, inteiramente desburocratizado, e periodicamente avaliado, não envolverá a criação de nenhuma nova estrutura administrativa, nem trará despesas acrescidas de carácter administrativo para os países. O secretariado do Programa é assegurado, por um período máximo de 5 anos, por uma agência nacional, de forma rotativa. O secretariado inicial é assegurado pela FINEP do Brasil, na sequência da disponibilidade manifestada pela República brasileira.

A Reunião contou com a participação de 17 países (2 Ministros, 8 Vice-Ministros, 4 altos funcionários e 4 representantes de Embaixadas).

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

*Pronúncias sobre Inovação e Conhecimento
nas Declarações Ministeriais*



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Pronúncias sobre Inovação e Conhecimento nas Declarações Ministeriais

Neste ano de 2009, a “Inovação e Conhecimento” constituiu o eixo temático transversal de todos os debates, apresentações e decisões das reuniões ministeriais setoriais convocadas no âmbito da XIX Conferência Ibero-Americana. Os ministros mostraram-se conscientes das grandes possibilidades que o mundo de hoje oferece nos âmbitos da inovação, conhecimento e novas tecnologias aplicados aos seus setores de ação específicos. Deste modo, cada reunião ministerial, na sua própria perspectiva, deu contribuições e propôs ações, estratégias ou programas que integram a inovação e o conhecimento como instrumentos para aumentar a eficácia das suas ações.

A reunião **interministerial de Inovação e Conhecimento**, celebrada a título de conclusão deste ciclo de RMS, reconheceu a inovação como factor crítico para o desenvolvimento dos países da comunidade ibero-americana no contexto da sociedade do conhecimento, capaz de criar e sustentar ciclos prolongados de conhecimento, bem como soluções para as necessidades sociais. Os ministros tomaram nota dos resultados dos seminários preparatórios organizados pela SEGIB ao longo do ano e dedicados a esta temática, concretamente ao Seminário de Salamanca sobre “Inovação”, o Seminário de Buenos Aires sobre “Espaço ibero-americano do conhecimento”, o Seminário do Rio de Janeiro sobre “Políticas públicas para incentivar a inovação no setor privado: uma agenda prioritária” e o Seminário Final do Estoril sobre “Inovação e conhecimento”. Os ministros acordaram reconhecer o investimento em ciência, tecnologia, inovação e conhecimento como um elemento fundamental para o desenvolvimento económico e social, transformando a atual conjuntura de crise numa oportunidade para aumentar os níveis de coesão e de desenvolvimento na região. Em matéria de ações concretas, acordaram dar impulso a um novo Programa Ibero-Americano para a investigação aplicada e a inovação tecnológica, intitulado “IBEROAMÉRICA INOVA”, que pretende reforçar a cooperação entre empresas (especialmente PME) de diversos países e contribuir para um modelo de apropriação social e económica do conhecimento mais equilibrado no âmbito das sociedades ibero-americanas.

Os responsáveis pela pasta da **Administração Pública** decidiram promover a inovação e o conhecimento como factores estratégicos fundamentais, que fortaleçam administrações e políticas públicas eficazes e eficientes para ultrapassar a crise. Neste sentido, consideraram necessário que a investigação, a inovação, o conhecimento e as novas tecnologias da informação e comunicação

estejam ao serviço das administrações públicas para torná-las mais eficazes, eficientes, transparentes e acessíveis aos cidadãos, facilitando a sua participação e contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida da população. No âmbito das **Comunicações**, os ministros evidenciaram a importância crescente da inovação e das telecomunicações nas nossas sociedades, especialmente devido ao surgimento de uma sociedade da informação e do conhecimento e ao papel fundamental das tecnologias da informação e das comunicações na construção de novos paradigmas. Neste contexto, os ministros acordaram dar impulso a iniciativas conjuntas a fim de promover o acesso digital nos países ibero-americanos e contribuir para garantir a e-inclusão dos seus cidadãos. Uma primeira iniciativa consiste na criação de um Grupo de Trabalho aberto e transversal, formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, México e Portugal, com o objetivo de avaliar a possibilidade de estabelecer um Programa Ibero-Americano de Cooperação para a dinamização do acesso de estudantes e professores a computadores e a ligações à Internet.

Os ministros da **Cultura** consideraram que, no limiar de uma nova era tecnológica, o desenvolvimento de uma geração mais formada, inovadora e criativa, capaz de utilizar as novas tecnologias e de se integrar na sociedade do conhecimento e da informação, é imprescindível para alcançar o desenvolvimento económico e cultural, a inclusão social e o bem-estar de todas as pessoas em condições de equidade. Os ministros acordaram promover o uso intensivo do português e do espanhol no ciber-espaço e trabalhar também na promoção de outras línguas da região no meio digital. Decidiram também impulsionar propostas concretas de utilização das nossas línguas e das inovações e indústrias de criação que delas poderão derivar e que servirão como recursos fundamentais para enfrentar a crise global.

Na perspectiva da **Educação**, os ministros consideraram necessário promover a inovação e o conhecimento como factores estratégicos fundamentais nas políticas educacionais para a criação de novos conhecimentos, maiores níveis de desenvolvimento humano, bem-estar social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de aprendizagens significativas e aumento de oportunidades para o acesso à educação e ao conhecimento. Deste modo, comprometeram-se a impulsionar estratégias dirigidas a universalizar o acesso às TIC e o desenvolvimento de conteúdos digitais, entre outros, através de programas de alfabetização digital e tecnológica para promover a apropriação social do conhecimento.

Os responsáveis pela pasta da **Infância e Adolescência** consideraram que a inovação e o conhecimento, tanto na sua produção como na sua aplicação em todos os âmbitos da vida das nossas sociedades, representam um factor decisivo para um maior desenvolvimento humano e justiça social. Por este motivo, acordaram implementar acções concretas para promover o acesso e a utilização equitativa das



novas tecnologias da informação e comunicação como instrumento de formação e integração social, garantindo os direitos de crianças e adolescentes. Os ministros mostraram-se também atentos aos potenciais riscos, pelo que instaram os países a redobrar os seus esforços para garantir uma utilização protegida destes meios e combater todas as formas de violação dos direitos das crianças, especialmente a pornografia infantil na Internet.

Os ministros do **Ambiente**, que focaram os seus trabalhos nas alterações climáticas e na inovação, acordaram impulsionar a inovação e o conhecimento como factores estratégicos fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Para isso, decidiram promover e fortalecer os processos de trocas sinérgicas de conhecimentos, saberes, investigação e inovação em matéria ambiental entre os países ibero-americanos e no seio dos mesmos. Em concreto, e no contexto do âmbito global de serviços climáticos, estabelecido na 3.ª Conferência Mundial do Clima, os ministros comprometeram-se a continuar a fortalecer, através da inovação e do conhecimento, a cooperação ibero-americana dos serviços meteorológicos, hidrológicos e oceanográficos, essenciais na luta contra as alterações climáticas.

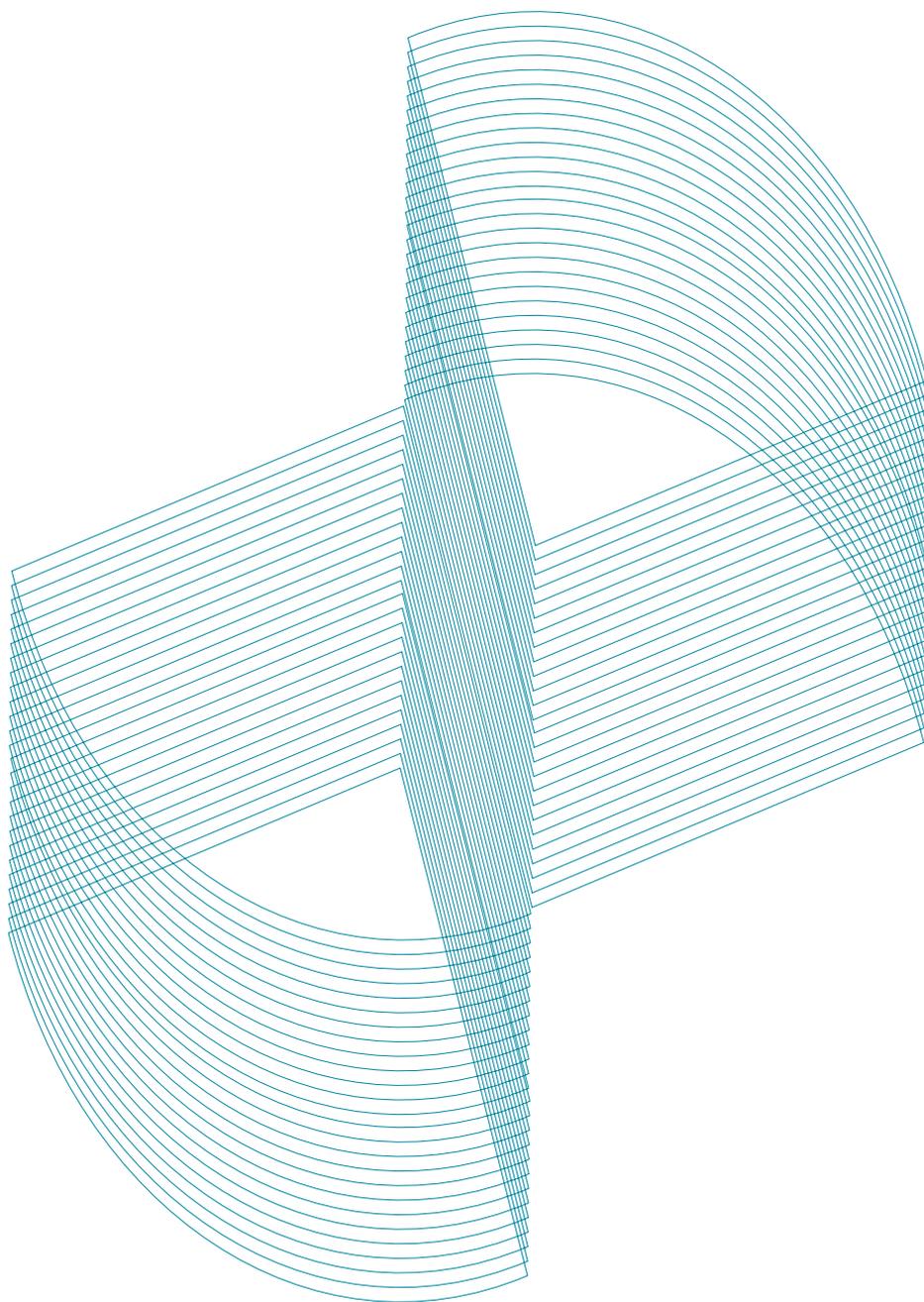
Os ministros da **Saúde** manifestaram a sua decidida intenção de reforçar os Cuidados de Saúde Primários (CSP), considerados a pedra angular dos sistemas de saúde, através da implementação de medidas inovadoras na rede de cuidados de saúde primários. Estas estratégias inovadoras devem ser introduzidas de forma flexível, coordenada, eficaz e sustentável, de modo a atingir elevados padrões de saúde. Comprometeram-se também a promover acções inovadoras a curto prazo, que tenham um forte impacto na consolidação de recursos humanos de sistemas integrais de saúde.

Os responsáveis pela pasta da **Segurança Social** recomendaram aos países o máximo aproveitamento das possibilidades tecnológicas actuais que possibilitem o acesso dos cidadãos aos diferentes serviços da segurança social, na convicção de que a oferta tecnológica atual permita a consecução de uma maior eficiência económica, o crescimento da qualidade aplicada na prestação dos serviços e na gestão geral dos Sistemas de Protecção Social. Em particular, acordaram impulsionar a Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho e a Tecnologia Aplicada à Gestão da Segurança Social.

No âmbito do **Turismo**, o compromisso abordou principalmente as acções a empreender para incentivar a inovação, a transmissão do conhecimento e melhores práticas na aplicação das TIC à actividade turística, com ênfase nas MPME do espaço ibero-americano.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Fichas Técnicas e Declarações



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Fichas Técnicas e Declarações

- ◆ Administração Pública e Reforma do Estado
- ◆ Comunicações
- ◆ Cultura
- ◆ Educação
- ◆ Finanças
- ◆ Infância e Adolescência
- ◆ Inovação e Conhecimento
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Saúde
- ◆ Segurança Social
- ◆ Turismo

Ficha Técnica Administração Pública e Reforma do Estado 2009

Conferência:	XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado		
Secretaria Pro-Tempore: Secretaria de Estado da Administração Pública de Portugal			
Contacto:	Celina Carrigy	Website:	www.mf.gov.pt
Cargo:	Chefe de Gabinete Secretaria de Estado da Administração Pública	Endereço:	Ministério das Finanças e da Adm. Pública Av. Infante D. Henrique, 1 1149-009 Lisboa, Portugal
e-mail:	celinacarrigy@mf.gov.pt		
Telefone:	[35121]8816970/6971/72/73/78		
Fax:	[35121]8816880/8862360		
Secretaria Técnica: CLAD - Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento			
Contacto:	Julio César Fernández Toro	Website:	www.clad.org.ve
Cargo:	Secretário-Geral	Endereço:	Calle Herrera Toro, Quinta CLAD Las Mercedes Apartado Postal 4181 / 1010-A Caracas, Venezuela
e-mail:	clad@clad.org.ve		
Telefone:	[58-212] 992 4064 / 3297 / 5953 [58-212] 993 7277 / 9104		
Fax:	[58-212] 991 8427		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	[34-91] 590 1980 / 1995		
Fax:	[34-91] 590 1982		
Reuniões recentes			
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador), 26-27 Junho		
2007:	IX Conferência, Pucón (Chile), 31 Maio - 1 Junho		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
EIAPP - Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de Lisboa parágrafo 19			
- Programa de Ação de Lisboa parágrafo 38			

XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado

Lisboa, Portugal, 25 e 26 de Junho de 2009

Consenso de Lisboa

- ◆ Inovação e conhecimento
- ◆ Resoluções e Acordos

Os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado e os Chefes das Delegações dos países Ibero-Americanos, reunidos nos dias 25 e 26 de Junho em Lisboa, Portugal, por iniciativa do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento (CLAD), com o apoio do Governo de Portugal, e o apoio do Governo de Espanha, deram corpo à XI **Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma de Estado**, com o fim de debater sobre:

a importância do tema de base para a XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado: **“Inovação e Conhecimento”**; e

a necessidade de adoptar a **“Carta Ibero-Americana da Participação dos Cidadãos na Gestão Pública”**;

com o fim de promover a ética na gestão pública, melhorar as capacidades institucionais necessárias para assegurar a governação democrática, a consecução dos objetivos de desenvolvimento com inclusão, justiça e equidade social, e a coordenação eficiente da cooperação nestas matérias.

As considerações que se enunciam a seguir, obtiveram consenso, e ficou acordado que serão apresentadas na **XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado**, a realizar no Estoril, Portugal, no dia 30 de Novembro e no dia 1 de Dezembro de 2009.

Inovação e Conhecimento

Na atual situação de crise global, o Estado assume um papel ainda mais relevante. Os Governos devem promover a inovação e o conhecimento como factores estratégicos fundamentais que fortaleçam administrações e as políticas públicas eficazes e eficientes na superação da crise. A inovação e o conhecimento devem, além disso, reforçar as políticas públicas de erradicação da pobreza, a luta contra as desigualdades e a exclusão.

A investigação, a inovação, o conhecimento e as novas tecnologias de informação e comunicação, devem colocar-se ao serviço das administrações públicas para torná-las mais eficazes, eficientes, transparentes, acessíveis aos cidadãos, facilitando a sua participação e em particular a criatividade, a aprendizagem social e a compreensão intercultural.

As políticas públicas sobre inovação e conhecimento também devem facilitar a participação dos cidadãos na gestão pública, pois reforçam a posição activa dos cidadãos e das cidadãs como membros das suas comunidades, permitindo a expressão e defesa dos seus interesses, o aproveitamento das suas experiências e a potenciação das suas capacidades, contribuindo desta forma para melhorar a qualidade de vida da população.

Carta Ibero-Americana da Participação dos Cidadãos na Gestão Pública

Baseados nesta necessidade, os Ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado e os Chefes das Delegações dos países Ibero-Americanos, reunidos nos dias 25 e 26 de Junho de 2009, em Lisboa, Portugal, com o apoio técnico do CLAD, desenvolveram um documento que serve de guia e de orientação aos Governos dos países Ibero-Americanos para conseguirem viabilizar a participação dos cidadãos na gestão pública.

Consequentemente, os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado e os Chefes das Delegações dos países Ibero-Americanos adoptaram a “Carta Ibero-Americana sobre a Participação na Gestão Pública” que será levada à consideração dos Chefes de Estado dos países ibero-americanos.

Resoluções e Acordos

Os Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado e os Chefes das Delegações dos países Ibero-Americanos, reunidos nos dias 25 e 26 de Junho de 2009, em Lisboa, Portugal, por ocasião da XI Conferência Ibero-Americana dos Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, decidimos adoptar as seguintes resoluções:

1. Aprovar as considerações formuladas no âmbito do tema base da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado sobre **“Inovação e Conhecimento”**.
2. Aprovar a adopção da **“Carta Ibero-Americana sobre a Participação dos Cidadãos na Gestão Pública”**, cujo texto devidamente assinado está anexo a este documento.
3. Solicitar à Secretaria *Pro Tempore* da XIX Cimeira Ibero-Americana, que leve à consideração dos Chefes de Estado e de Governo as resoluções anteriores.

Por isso acordamos:

1. Expressar o reconhecimento e felicitar o Governo de Portugal, através do Ministério das Finanças e da Administração Pública, pela excelente co-organização da Conferência, pela sua proverbial hospitalidade, e os seus contributos para o clima de fraternidade ibero-americana que caracterizaram esta reunião.
2. Expressar o reconhecimento e agradecer ao Governo de Espanha por ter possibilitado a realização desta Conferência.
3. Aceitar com beneplácito o oferecimento do Governo da República Argentina, sede da XX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo, para que se constitua em sede da XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, como é tradição.

- 
4. Agradecer e felicitar a Secretaria-Geral do CLAD pela organização e pelo convite para a XI Conferência de Ministros, e solicitar-lhes a realização da coordenação dos trabalhos necessários com o Governo da República da Argentina para a organização e execução da anteriormente referida XI Conferência Ministerial.
 5. Solicitar ao CLAD as acções necessárias para cumprir as decisões anteriores e solicitar-lhes que continuem o seu trabalho como promotores e facilitadores regionais dos processos de reforma do Estado e de melhoria da gestão pública nos países ibero-americanos.
 6. Agradecer a colaboração da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) na organização desta XI Conferência e saudar a presença do Secretário-Geral Ibero-Americano na mesma.

Ficha Técnica Comunicação 2009

Conferência:	I Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis das Comunicações		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal			
Contacto:	Fátima Leão	Website:	www.moptc.pt
Cargo:	Subdiretora de Relações Internacionais, Gabinete de Assuntos Europeus	Endereço:	Praça Duque de Saldanha 31, 4º 1050-094 Lisboa, Portugal
e-mail:	ifleao@gaere.webside.pt		
Telefone:	(35 1) 21 792 1372/3		
Fax:	(35 1) 21 792 1397		
Secretaria Técnica			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
Não há			
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Económicos			
Não há			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de Lisboa parágrafos 6, 8 e 9 - Programa de Ação de Lisboa parágrafos 34 e 35			

Iª Conferência Ibero-Americana de Ministros das Comunicações “Promover o acesso à informação e ao conhecimento”

Estoril, Portugal, 9 de Julho de 2009

Declaração Ministerial

I- Declaração de Princípios:

Os Ministros e Altos Responsáveis das Comunicações Ibero-Americanas, reunidos na I Conferência Ibero-Americana das Comunicações, no quadro da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009, sob o tema “A Inovação e o Conhecimento”

Considerando:

A importância crescente das telecomunicações nas nossas sociedades, nomeadamente devido à emergência de uma sociedade da informação e do conhecimento e ao papel infra-estrutural das tecnologias de informação e comunicação na construção de novos paradigmas;

A necessidade de identificar áreas de cooperação em matéria de telecomunicações e contribuir para a definição de políticas públicas setoriais na Comunidade Ibero-Americana;

Que questões como a promoção do investimento em infra-estruturas e o acesso à sociedade de informação para todos, ajudem a reduzir assimetrias regionais e sociais, nomeadamente em zonas rurais, são uma prioridade partilhada e serão certamente uma base sólida para aprofundar o diálogo Ibero-Americano no setor das Telecomunicações;

II – Bases da Cooperação:

Congratulando-se pela realização da Primeira Conferência Ibero-Americana no âmbito das Comunicações reconhecem a necessidade de:

- Propor e definir políticas públicas e estratégias de implementação no âmbito das comunicações.

- Dar continuidade à realização das Conferências Ibero-Americanas de Comunicações como uma forma de posicionar o setor das comunicações no âmbito das Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes de Estado e do Governo.
- Estabelecer que as reuniões se devem realizar com periodicidade bienal e que a segunda reunião ibero-americana no setor das comunicações se realiza em 2011.

III – Objetivos:

Os Ministros e Altos Responsáveis das Comunicações Ibero-Americanos acordam:

- Aprofundar o impacto transformador e inovador das comunicações para o desenvolvimento humano nos planos social, económico, político, produtivo e tecnológico dos países ibero-americanos.
- Actuar conjuntamente no sentido de promover o acesso digital nos países ibero-americanos e contribuir para garantir a info-inclusão dos seus cidadãos.
- Estabelecer uma plataforma Ibero-Americana que permita a difusão das melhores práticas.
- Promover a definição, integração e difusão de indicadores comuns de conectividade, na base de melhores práticas regionais e internacionais.
- Promover o acesso generalizado à Banda Larga nomeadamente em setores de menores possibilidades e áreas rurais.
- Promover quadros legais adequados ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.
- Promover e incentivar o investimento nas infra-estruturas de comunicações, inclusive como instrumento para combater a atual crise económico-financeira.

IV – Projeto Concreto:

Os Ministros e Altos Responsáveis das Comunicações Ibero-americanas, reconhecendo os esforços realizados pelos seus países, acordam em reforçar, através de iniciativas conjuntas, a promoção do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Assim, decidem, numa primeira iniciativa, criar um Grupo de Trabalho aberto e transversal, formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, México e Portugal que o coordenará, devendo contar também com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), com o objetivo de avaliar a possibilidade de estabelecer um Programa Ibero-americano de Cooperação, destinado a dinamizar o acesso, entre outros, de alunos e professores, através de computadores e ligações à internet.

Os Ministros e Altos Responsáveis das Comunicações dos países Ibero-Americanos agradecem a hospitalidade e cortesia da organização e do Governo português, congratulando-se com os resultados obtidos e subscrevem a presente Declaração nas suas versões em língua portuguesa e espanhola, ambas igualmente válidas.

Ficha Técnica Cultura 2009

Conferência:	XII Conferência Ibero-Americana de Cultura		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério da Cultura de Portugal			
Contacto:	Anick Bilreiro	Website:	www.portaldacultura.gov.pt
Cargo:	Adjunta do Gabinete do Ministro da Cultura	Endereço:	Palácio Nacional da Ajuda 1349-021 Lisboa, Portugal
e-mail:	abilreiro@mc.gov.pt		
Telefone:	(35 1) 21361 4500 / 361 4508		
Secretaria Técnica: OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura			
Contacto:	Álvaro Marchesi - Secretário-Geral Fernando Vicario	Website:	www.oei.es
Cargo:	Coordenador de Cultura	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
e-mail:	fvicario@oei.es		
Telefone:	(34-91) 594 4382		
Fax:	(34-91) 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	XI Conferência, São Salvador (El Salvador), 22-23 Junho		
2007:	X Conferência, Valparaíso (Chile) 26-27 Julho, Reunião Preparatória, Lisboa (Portugal), 7-8 Maio		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
ADAI Apoio ao desenvolvimento de arquivos ibero-americanos (Programa)			
IBERESCENA Apoio à construção do espaço cénico ibero-americano (Programa)			
IBERMEDIA Apoio à construção do espaço audiovisual ibero-americano (Programa)			
PICBIP Desenvolvimento das bibliotecas públicas dos países ibero-americanos (Programa)			
RADI Rede de Arquivos diplomáticos ibero-americanos (Programa)			
RILVI Repertório integrado de livros à venda na região ibero-americana (Programa)			
IBERMUSEOS Integração e desenvolvimento de museus ibero-americanos (Programa)			
IBERORQUESTAS (Iniciativa)			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Programa de Ação de Lisboa parágrafos 46 a 52 e 59			

XII Conferência Ibero-Americana de Cultura

Portugal, Lisboa, 22 de Abril de 2009

As Ministras e os Ministros da Cultura da Península Ibérica e da América Latina, reunidos a 22 de Abril de 2009, em Lisboa, na XII Conferência Ibero-Americana de Cultura, subordinada ao tema “Português e Espanhol, Línguas compartilhadas, Instrumentos de Identidade, Criatividade e Multiculturalismo”, evento desenvolvido no âmbito da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que estará subordinada à temática Inovação e Conhecimento e se realizará no Estoril, Portugal, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009;

Considerando:

Que a demanda empreendida no limiar de uma nova era tecnológica para o desenvolvimento de uma geração mais formada, inovadora e criativa, capaz de utilizar as novas tecnologias e de se incorporar na sociedade do conhecimento e da informação, resulta imprescindível para atingir o desenvolvimento económico e cultural, a inclusão social e o bem-estar de todas as pessoas em condições de equidade.

Que é preciso destacar e reforçar, ainda mais, o papel das nossas línguas e das nossas culturas como marcas de identidade, diversidade, conhecimento, criatividade e liberdade dos nossos povos, o que nos permitirá enfrentar com maior segurança e maior capacidade as transformações, mudanças e convulsões que a sociedade atravessa nesta etapa histórica.

Que, nesse sentido, é imprescindível apelar a um esforço de maior participação dos Estados Membros, quer para o desenvolvimento e consolidação de programas quer para o reforço e capacidade das organizações do sistema.

Que a defesa das culturas e das línguas que compartilham um território é o suporte imprescindível para a construção de uma cidadania baseada no respeito, facto que exige um maior reconhecimento e apoio aos grupos culturais minoritários discriminados durante séculos, bem como maior empenhamento na consolidação de um trabalho em conjunto.

Que os avanços constatados graças aos programas e projetos de cooperação em marcha, e os de recente implantação, demonstram a validade e importância do esforço solidário que supõe a cooperação neste espaço geográfico e cultural que é a Península Ibérica e a América Latina.

Acordam:

1. Exortar a OEI a criar um programa que promova a tradução intensiva de obras de Português para Espanhol e de Espanhol para Português, de modo a acelerar o conhecimento mútuo de todas as culturas comuns à OEI.
2. Exortar a OEI a promover, institucional e particularmente, o uso intensivo do Português e do Espanhol no ciberespaço, contribuindo sempre que possível para um crescente aparecimento de artigos, científicos e generalistas, nestas línguas, assim como trabalhar para garantir também a presença, no ambiente digital, das outras línguas presentes na região.
3. Saudar a realização do Seminário Internacional da Língua Portuguesa, que terá lugar este ano no Brasil, e do V Congresso Internacional da Língua Espanhola, no Chile, em Março de 2010.
4. Saudar a criação dos novos programas Ibero-Americanos de Cooperação Cultural, os Iberomuseus e as Iberorquestras, bem como o propósito de criar uma Orquestra Juvenil Ibero-Americana.
5. Agradecer à República Federativa do Brasil e à República Bolivariana da Venezuela a generosidade com que acolheram as sedes das Secretarias Técnicas para o desenvolvimento e acompanhamento de cada um destes novos programas de cooperação cultural, bem como o apoio de Espanha à apresentação da Orquestra Juvenil Ibero-Americana no âmbito da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
6. Destacar, no âmbito alargado das artes, os programas de intercâmbio e formação artística e cultural, em especial o recém-criado programa português Inov-Art, congratulando os Estados Membros que desenvolvem programas semelhantes e propondo o estabelecimento de uma rede de cooperação nas diversas áreas envolvidas.
7. Exortar a OEI a contribuir para a protecção, digitalização e circulação da memória audiovisual ibero-americana como instrumento de recuperação da memória e meio de projecção da nossa imagem no mundo.

8. Promover a utilização do “Sistema de Gestão e Informação das Conferências Ibero-Americanas de Cultura” desenvolvido pela OEI, instando à sua difusão e utilização para o serviço de toda a comunidade cultural ibero-americana.
9. Ratificar o seu compromisso com a “Carta Cultural Ibero-Americana”, apoiando o plano de ação que se está a executar de forma coordenada pelos Organismos Ibero-Americanos de Cooperação Cultural. Exortar à continuidade das acções empreendidas e promover a avaliação dos resultados alcançados nas mesmas.
10. Continuar com os estudos de impacto e avaliação dos programas Ibero-Americanos de Cooperação cultural, como o realizado pela SEGIB para o programa Ibermedia, apoiando desde já a extensão deste programa à emissão do cinema Ibero-Americano nas televisões públicas da Península Ibérica e da América Latina.
11. Apoiar a realização da II Edição do Programa de Fomento à Produção Independente de Documentários Ibero-Americanos (DOCTV Ibero-América) e saudar o êxito da sua I Edição, que impulsionou a criação de um modelo idêntico no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
12. Apoiar a proposta de realização do II Congresso da Cultura Ibero-Americana na cidade de S. Paulo, Brasil, dedicado ao tema “Cultura e Transformação Social”. Apoiar, ainda, a realização do III Congresso, subordinado ao tema “Músicas de Ibero-América”, na cidade de Medellín, Colômbia, durante o ano de 2010, e do IV Congresso, subordinado ao tema “Cultura e Cidadania”, na Argentina, em 2011. Recomendar que, a partir de 2011, as datas de realização dos Congressos da Cultura Ibero-Americana e das Conferências Ministeriais sejam coincidentes.
13. Considerar a proposta do Paraguai de apresentar a candidatura da cidade de Assunção a capital mundial da harpa.
14. Incentivar a OEI a continuar o projeto “Educação Artística, Cultura e Cidadania”, programa desenvolvido no âmbito das “Metas Educativas 2021: A educação que queremos para a geração dos bicentenários”, bem como a dar continuidade aos encontros que se têm vindo a celebrar entre os Ministérios da Educação e os Ministérios da Cultura de cada país para desenvolvimento desta iniciativa.

15. Solicitar que se continue com o desenvolvimento do OIBC (Observatório Ibero-Americano da Cultura), cujos resultados serão sem dúvida de grande utilidade na construção de políticas culturais partilhadas pela região, e pedir às instituições o seu máximo apoio.
16. Difundir e facilitar o acesso e informação aos novos cursos de formação virtual postos em marcha através da Escola das Culturas, no âmbito do Centro de Estudos Ibero-Americanos da OEI, cuja finalidade principal é fortalecer a gestão cultural da região.
17. Facilitar a difusão dos novos programas de Cooperação Cultural que se iniciarão neste ano de 2009, nomeadamente:
 - Mobilidade dos profissionais da cultura
 - Seminários de jornalismo cultural, científico e educativo
 - Programa de cultura e migração
 - Desenvolvimento e formação de novos divulgadores da cultura científica
18. Recomendar aos Conselhos Intergovernamentais dos Programas Ibero-Americanos de Cooperação Cultural a eventual aplicação de quotas diferenciadas de participação, seguindo o modelo de quota mínima dos quatro níveis estabelecidos segundo a proposta apresentada pela SEGIB.
19. Levar à consideração da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a necessidade de apresentar propostas concretas de utilização das nossas línguas, da diversidade das nossas culturas, bem como das inovações e das indústrias criativas que daí poderão decorrer, como recursos fundamentais para enfrentar a crise global.

A XII Conferência Ibero-Americana manifesta o seu grande regozijo pela presença de uma representação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nesta Conferência.



A XII Conferência Ibero-Americana reconhece o esforço realizado pela AECID e a sua direcção de Relações Culturais e Científicas no apoio aos programas que se estão a executar no âmbito da Cooperação Cultural nos países da América Latina.

A XII Conferência Ibero-Americana expressa, ainda, o seu profundo pesar pelo trágico e recente falecimento de Anel Omar Rodríguez, Director-Geral do Instituto de Cultura do Panamá, companheiro e trabalhador incansável em prol de uma cultura aberta a todos os cidadãos.

Finalmente, a XII Conferência Ibero-Americana agradece ao povo Português, à cidade de Lisboa e ao Ministério da Cultura de Portugal a generosidade e a hospitalidade com que acolheram este encontro e congratula-se com os resultados obtidos.

Ficha Técnica Educação 2009

Conferência:	XIX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério da Educação de Portugal			
Contato:	Maria de Jesus Filipe	Website:	www.min-edu.pt
Cargo:	Chefe de Unidade das Relações Internacionais e Cooperação, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	Endereço:	Av. 24 de julho 134, 2º 1399-054 Lisboa, Portugal
e-mail:	mjesus.filipe@dgepe.min-edu.pt		
Telefone:	(35 1) 21 394 9291		
Fax:	(35 1) 21 395 7610		
Secretaria Técnica: OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura			
Contato:	Álvaro Marchesi Secretário-Geral Mariano Jabonero	Website:	www.oei.es
Cargo:	Director-Geral de Concertação e Desenvolvimento	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
e-mail:	mjabonero@oei.es		
Telefone:	(34-91) 594 4382		
Fax:	(34-91) 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contato:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
e-mail:	sesteban@segib.org	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	XVIII Conferência, Salinitas (El Salvador), 19-20 Maio		
2007:	XVII Conferência, Valparaíso (Chile), 23-24 Julho		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
TEIB Televisão Educativa Ibero-Americana (Programa)			
PIA Plano Ibero-Americano de Alfabetização (Programa)			
Pablo Neruda Mobilidade Académica (Iniciativa)			
Virtual Educa Projeto de formação virtual (Projeto Adscrito)			
EIC Espaço Ibero-Americano do Conhecimento			
Segundo tempo (Iniciativa)			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de Lisboa parágrafos 4, 7, 13 e 14			
- Programa de Ação de Lisboa parágrafos 4, 7, 23, 24 e 49			

Declaração

XIX Conferência Ibero-Americana da Educação

Lisboa, Portugal, 20 de Abril de 2009

Declaração de Lisboa

As Ministras e Ministros da Educação dos Estados Ibero-americanos, reunidos na XI Conferência Ibero-Americana de Educação, no quadro da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009, sob o tema “A Inovação e o Conhecimento”.

Consideram:

1. Que a inovação e o conhecimento, tanto na sua produção como na sua aplicação a todos aspectos da vida das nossas sociedades, representam um factor decisivo para elevar os índices de desenvolvimento humano com condição para a consecução da justiça social.
2. Que as alterações económicas e sociais que se estão a verificar provocam uma transformação cultural à qual os sistemas educativos devem fazer face.
3. Que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) alteraram a abordagem da educação no que respeita à criação e transmissão do conhecimento e suscitam desafios de natureza ética que deverão ser orientados por princípios de equidade, solidariedade e respeito pela diversidade.
4. Que, numa situação de crise como a que atualmente se apresenta ao conjunto das nações, a aposta na inovação e na educação, mediante a utilização generalizada das TIC, constitui uma via iniludível para melhorar a situação da nossa região. Tudo isso com o objetivo de produzir novos conhecimentos consentâneos com as necessidades, especificidades e aspirações nos nossos povos, bem como para a sua aplicação mais generalizada.
5. Que a celebração dos bicentenários das independências da maioria (muitos) dos países ibero-americanos, que terá início no corrente ano, constitui uma oportunidade única para a consecução de maiores níveis de coesão e desenvolvimento da comunidade ibero-americana de nações através da educação.

6. Que os progressos constatados na concretização dos Programas coordenados pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e, sendo caso disso, pelo Conselho Universitário Ibero-americano (CUI), acordados nas Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, como o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (PIA), o Espaço Ibero-americano do Conhecimento, com o seu Programa “Pablo Neruda”, assim como outras acções que visam a melhoria da educação e da formação profissional – como a RELPE e a ATEI-, demonstram a pertinência e a importância do esforço partilhado e solidário que subjaz à cooperação ibero-americana.
7. Que a proposta “Metas educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários” constitui uma oportunidade histórica e um desafio estratégico para dar o impulso definitivo que a educação exige em cada um dos nossos países, como o demonstra o apoio obtido da XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Acordam:

1. Promover a inovação e o conhecimento como factores estratégicos fundamentais nas políticas educativas para a geração: a) de novos conhecimentos; b) maiores níveis de desenvolvimento humano; c) bem-estar social; d) desenvolvimento sustentável; e) desenvolvimento de aprendizagens significativas; f) incremento de oportunidades de acesso de todos à educação e ao conhecimento.
2. Reiterar a inevitabilidade de as políticas públicas de ensino, que os nossos Estados devem promover e levar a cabo com a colaboração dos diferentes actores sociais, incorporarem a visão estratégica trazida pela inovação científica e tecnológica e as grandes possibilidades geradas pelo uso das novas tecnologias na educação.
3. Promover estratégias que visem a universalização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e o desenvolvimento de conteúdos digitais, entre outros, através de programas de alfabetização digital e tecnológica com vista a fomentar a apropriação social do conhecimento.

4. Comprometer-se a enfrentar a atual situação de crise económica mundial com um esforço redobrado através de educação, da ciência e da inovação, gerando mecanismos para proteger, manter e aumentar os orçamentos para educação de todos os países e convertendo, deste modo, esta circunstância numa oportunidade para a consecução de maiores níveis de coesão e desenvolvimento da nossa região.
5. Defender a oferta de uma educação de qualidade com a maior gratuidade possível, de acordo com as políticas públicas desenvolvidas por cada país.
6. Reforçar a formação do pessoal docente, em especial, em matéria de TIC e incorporá-las nos processos educativos dos nossos países em todos os seus níveis.
7. Estimular as vocações precoces das crianças e dos jovens no âmbito da ciência e da tecnologia, com o objetivo de garantir a formação e a transição de novas gerações de investigadores e cientistas.
8. Considerar o conhecimento como um bem público, promovendo a sua apropriação social como elo para a construção de processos de inovação social e educativa, com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável e integral dos nossos povos.
9. Apoiar o trabalho desenvolvido pela SEGIB e a OEI em matéria de coordenação e aplicação do PIA, como Programa da Cimeira, assim como, juntamente com o CUI, do Programa Ibero-americano de mobilidade "Pablo Neruda", cuja rápida aplicação valorizam positivamente. Reiterar a importância da universalização de alfabetização, reconhecendo a diversidade de programas e métodos existentes na região.
10. Promover a colaboração entre os sistemas nacionais de avaliação e de certificação da qualidade do ensino superior da região, a fim de favorecer o estabelecimento de mecanismos ágeis de reconhecimento mútuo de períodos de formação, títulos e diploma.

- 
11. Instar a OEI a estender os programas e projetos que atualmente leva a cabo com vista à melhoria da qualidade da educação e da formação técnico-profissional e a consolidar o Centro Universitário de Altos Estudos Ibero-americanos, as Comissões Consultivas de Peritos Ibero-americanos e os Institutos para o Desenvolvimento e a Inovação Educativa.

 12. Aprovar as metas educativas gerais apresentadas pela OEI com vista à concretização da proposta “Metas Educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários”:
 - Reforçar e ampliar a participação da sociedade na ação educativa.
 - Aumentar as oportunidades e a atenção educativa à diversidade das necessidades dos alunos.
 - Expandir a oferta de educação inicial e potenciar o seu carácter educativo.
 - Universalizar o ensino primário e secundário básico e melhorar a sua qualidade.
 - Oferecer um currículo significativo que assegure a aquisição das competências básicas para o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania democrática.
 - Aumentar a participação dos jovens no ensino secundário superior, no ensino técnico-profissional e no ensino universitário.
 - Favorecer a ligação entre a educação e o emprego por meio da educação técnico-profissional.
 - Oferecer a todas as pessoas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
 - Fortalecer a profissão docente.
 - Ampliar o espaço ibero-americano do conhecimento e fortalecer a investigação científica.
 - Investir mais e melhor na educação.

Todas estas metas traduzem fielmente o nosso compromisso futuro com a coesão das nossas sociedades em torno de objetivos de justiça e democracia.

13. Promover o processo de debate do projeto para que conte com a mais ampla difusão e participação, tanto junto de entidades governamentais como não governamentais, e conseguir, desta forma, o maior nível de consenso, compromisso e apropriação colectiva.

14. Encarregar a OEI do desenvolvimento desta proposta com a concretização dos seus objetivos, metas, indicadores, programas de ação compartilhados e mecanismos de acompanhamento e da avaliação, a apresentar na Conferência Ibero-Americana dos Ministros e Ministras de Educação que terá lugar na República Argentina, em Setembro 2010.
15. Requerer à OEI que, a partir do estudo dos custos realizado em 2009, avance na criação de um fundo de cooperação solidário.
16. Encarregar a OEI de identificar, em consulta com os Estados-Membros, pelo menos cinco metas prioritárias e respectivos indicadores e níveis de concretização que possam ser aplicados pelos países.
17. Apoiar a proposta apresentada pela OEI de um programa educativo para favorecer a primeira infância, dos 0 aos 5 anos, e solicitar o seu desenvolvimento, a fim de promover a equidade e as aprendizagens pertinentes e significativas, dando prioridade às crianças com maiores carências e necessidades, de molde a antecipar e dar cumprimento aos objetivos previstos nesta matéria na proposta "Metas 2021".
18. Aprovar a realização do Congresso Ibero-americano de Educação, na Argentina, em 2010, à margem da XX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação.
19. Apresentar à XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo as propostas aprovadas no que respeita às Metas Educativas 2021 e avançar na criação do Fundo Solidário de Cooperação, encarregando a SEGIB, juntamente na XX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
20. Agradecer, finalmente, o caloroso acolhimento, a cortesia e a organização eficaz com que nos brindaram o Ministério da Educação da República Portuguesa e a OEI que contribuíram decisivamente para o êxito desta Conferência e para a cooperação ibero-americana na área da educação.

Ficha Técnica Finanças 2009

Conferência:	Reunião Extraordinária dos Ministros das Finanças		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal			
Contacto:	Enrique Galán	Website:	www.min-financas.pt
Cargo:	Relações Internacionais	Endereço:	Av. Infante D. Henrique, 1 1049-009 Lisboa, Portugal
e-mail:	e.galan@gpeari.min-financas.pt		
Telefone:	(35 1) 21 881 6800		
Fax:	(35 1) 21 884 6651		
Secretaria Técnica			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
Não há			
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Económicos			
Não há			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de Lisboa parágrafos 1, 19 e 27 - Programa de Ação de Lisboa parágrafo 8			

Reunião Extraordinária de Ministros Ibero-Americanos das Finanças¹

Porto, Portugal, 2 de Março de 2009

Declaração ministerial

A atual crise financeira internacional e o seu forte impacto na economia mundial chamaram a atenção para a necessidade de implementar, a par de medidas de curto prazo que visem combater a contração da actividade económica, reformas estruturais que fortaleçam a economia real e permitam uma recuperação económica sustentada, uma vez ultrapassada a atual situação.

A globalização dos mercados, ao aprofundar as relações de interdependência que entre eles se estabelecem, exige que a resposta à crise assente, quer na concretização dos princípios da concorrência - comercial, financeira e do mercado de trabalho -, quer no reforço da coordenação e cooperação internacionais, permitindo que os benefícios do livre mercado sejam extensíveis a todos os agentes da economia.

Diante de uma crise global, devem ser adoptadas medidas globais e coordenadas. Neste contexto, deve realçar-se o esforço do G-20 e o acordo alcançado na recente Cimeira de Novembro de 2008, que define um plano global de estabilização do sistema financeiro e de apoio à economia, visando melhorar os regimes de regulação e supervisão e prosseguir a reforma das instituições de Bretton Woods, de forma a reflectir a alteração do peso relativo de cada Estado na economia mundial e, conseqüentemente, a aumentar a sua legitimidade e eficácia. Apoia-se, igualmente, a realização da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a crise económica e financeira internacional e os seus efeitos sobre o desenvolvimento.

Através desta declaração, e com vista a contribuir para os trabalhos e recomendações do G- 20, os Ministros das Finanças, Economia e Fazenda da Conferência Ibero-Americana, reunidos na cidade do Porto, com a presença dos Governadores dos respectivos Bancos Centrais e sob a chancela da Presidência Portuguesa Pró Tempore da Conferência Ibero-Americana:

¹ Mais de um estado manifestou expressamente a sua oposição a esta declaração.

1. Incentivam a adopção de políticas orçamentais e monetárias anti-cíclicas, de forma a reduzir o impacto da crise financeira na economia real e atenuar os custos sociais inerentes, promovendo o emprego, a estabilidade e o crescimento económicos, sem pôr em causa a sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas e a estabilidade dos preços. Neste contexto, os recursos externos deveriam ser uma fonte fundamental para cobrir os maiores défices, desempenhar um papel anti-cíclico e manter o investimento.
2. Reconhecem que a expansão e a diversificação dos fluxos comerciais, financeiros e de investimento entre os vários países são essenciais para restabelecer a confiança dos agentes económicos e ultrapassar a situação económica atual, e reafirmam a importância da adopção de medidas que promovam o comércio internacional, o adequado funcionamento do mercado de trabalho e a criação de emprego e que fomentem os fluxos de crédito e os movimentos internacionais de capitais, designadamente os destinados a investimento produtivo, evitando acções protecionistas nestes domínios. Neste contexto, (i) incentivam a comunidade internacional a trabalhar no sentido de alcançar um acordo ambicioso e equilibrado que permita a conclusão atempada da Ronda Negocial de Doha, (ii) apoiam o reforço do financiamento do comércio internacional, tendo por base as medidas recentemente anunciadas neste âmbito pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e outras instituições internacionais, e (iii) exortam os países Ibero-Americanos a desenvolver esforços para que sejam promovidos acordos de comércio inter-regional, em particular com a União Europeia.
3. Apoiam o reforço da cooperação internacional, assegurando que os reguladores e supervisores financeiros adoptem padrões de regulação e supervisão harmonizados e actuem de forma coordenada nos vários setores do sistema financeiro e que, conjuntamente com os responsáveis pela política económica, adoptem medidas coordenadas em matéria de prevenção, gestão e resolução de crises.
4. Encorajam a adopção de medidas que promovam a transparência do sistema financeiro, de modo a que os agentes económicos recuperem a confiança no setor. Neste sentido, apoiam a regulamentação e uma adequada monitorização dos mercados até ao momento não regulamentados e a introdução de requisitos obrigatórios de divulgação de informação por parte das instituições financeiras, nomeadamente quanto (i) à qualidade

e comparabilidade da divulgação da informação contabilística, *(ii)* ao risco associado a produtos financeiros oferecidos e *(iii)* à exposição a operações fora de balanço. Incentivam, igualmente, o reforço da ética comercial, das práticas de gestão de risco e de governo das instituições financeiras, de forma a evitar a assunção excessiva de riscos.

- 5.** Incentivam a comunidade internacional, em particular as Instituições Financeiras Internacionais, a actuar com rapidez e diligência, contribuindo para a resolução da atual crise, bem como a avaliar as causas subjacentes e a retirar lições da crise financeira, e, subseqüentemente, a emitir recomendações para evitar situações semelhantes no futuro. Neste contexto, chamam a atenção para a necessidade *(i)* de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) reveja e adapte os seus instrumentos de apoio financeiro, incluindo a adopção de instrumentos preventivos, para atender às necessidades dos seus membros, propiciando um maior acesso com os menores custos financeiros e condicionalidades flexíveis, garantindo a suficiência dos seus recursos, e o reforço dos mecanismos de supervisão sobre todas as economias, em particular, das que apresentam maior risco sistémico; *(ii)* de desenvolver mecanismos eficazes de alerta precoce de risco, bem como medidas que possam ser accionadas preventivamente a fim de evitar a deterioração da situação económica; *(iii)* de alargamento do Financial Stability Forum (FSF) a países emergentes e a outras economias com relevância sistémica; *(iv)* de reforçar a cooperação entre o FMI e o FSF alargado, em matéria de regulação e supervisão financeiras, aliando o carácter multilateral do FMI à experiência dos supervisores participantes no FSF; e *(v)* de outros organismos internacionais, como a OCDE e, para a América Latina, a CEPAL, partilhem as suas reflexões para contribuir para a solução da crise e definir estratégias de saída.
- 6.** Apoiam o reforço da regulação e supervisão financeiras, alargando o seu âmbito de aplicação e incorporando princípios macro-prudenciais. Em particular, incentivam *(i)* a convergência dos padrões internacionais em matéria de contabilidade, auditoria e de regulação financeira, incluindo os relativos a requisitos de capital; *(ii)* a adopção de medidas consistentes nos vários setores do sistema financeiro e nas diversas jurisdições, evitando a arbitragem regulamentar; *(iii)* a cooperação internacional na supervisão da actividade de agentes financeiros sistemicamente relevantes no âmbito internacional e, em particular, de grupos financeiros transfronteiriços, designadamente através da formação de colégios de supervisão; *(iv)* o desenvolvimento, por parte das autoridades competentes, de uma abordagem consistente em

termos internacionais no que respeita à supervisão dos níveis de liquidez de instituições bancárias transfronteiriças; (v) a supervisão das agências de notação de risco, garantindo maior transparência dos métodos de notação e evitando os potenciais conflitos de interesses associados a esta actividade; (vi) a promoção da integridade dos mercados financeiros internacionais através da adopção de medidas que os protejam de jurisdições não cooperantes e não transparentes e através da penalização de transacções realizadas nestas jurisdições; e (vii) o desenvolvimento de mecanismos que atenuem os efeitos pró-cíclicos da regulação financeira e do próprio funcionamento das instituições financeiras e que promovam a existência, nestas instituições, de esquemas de remuneração que incentivem a criação de valor no médio e longo prazo.

- 7.** Reconhecem que na actual crise financeira alguns países de mercados emergentes são dos poucos factores de crescimento da economia global. Assim, é essencial considerar formas de restaurar o acesso ao crédito por parte dos países em desenvolvimento e restabelecer os fluxos de capital, a fim de manter o dinamismo económico e evitar um maior contágio.
- 8.** Reafirmam a legitimidade dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para, no âmbito dos respectivos mandatos, desempenharem atempadamente um papel anti-cíclico, orientado para retomar o crescimento económico e o avanço nos processos de desenvolvimento, com vista ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, definidos pelas Nações Unidas, nos países da América Latina. Estas instituições devem, ainda, reforçar a cooperação e a eficiência, evitando situações de sobreposição, e explorar sinergias entre si e com o setor privado, dando especial enfoque às economias mais pequenas e vulneráveis no que se refere aos Programas de Cooperação Económica e Financeira.
- 9.** Defendem a implementação de medidas que visem reforçar, flexibilizar e agilizar os instrumentos de financiamento existentes no sentido de responder de forma célere e adequada às necessidades dos países da América Latina para fazer face à crise financeira actual. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento devem equacionar a necessidade de desenvolver novos instrumentos (i) de financiamento e dinamização do comércio, (ii) de desenvolvimento do setor privado e (iii) de apoio contingente ao orçamento dos Estados, em particular àqueles com políticas macroeconómicas sustentáveis, não pondo em causa o adequado financiamento das economias mais vulneráveis.

- 10.** Apoiam o reforço da actuação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento por forma a dar resposta ao aumento da procura de financiamento por parte dos países da América Latina e que esta seja norteada pela definição de prioridades estratégicas a curto, médio e longo prazo, alinhadas com as necessidades destes países. Neste contexto, consideram que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, que actuam nos países Ibero-Americanos, como o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento e os bancos e instituições financeiras sub-regionais, devem reforçar os seus recursos para fortalecer a sua capacidade financeira de concessão de empréstimos de curto e médio prazo.
- 11.** Reconhecem a importância estratégica do reforço das relações entre a União Europeia e a América Latina, tanto no domínio comercial como da cooperação financeira. Neste contexto, consideram desejável que o diálogo com a UE se aprofunde e que esta reforce os seus instrumentos de cooperação com os países Latino-Americanos, designadamente por ocasião da revisão do mandato externo que a UE atribui ao Banco Europeu de Investimento.
- 12.** Apoiam o estabelecimento de um novo multilateralismo assente no reforço dos princípios de cooperação, igualdade, transparência, legitimidade e representatividade que reflecta a actual configuração económica internacional e que impeça o direito de veto de qualquer país. Defendem a importância do processo de reforma das instituições de Bretton Woods, no que se refere ao reforço de quotas e voz, em especial no que diz respeito ao conjunto dos países em desenvolvimento e das economias emergentes. Defendem igualmente a implementação de métodos de selecção dos altos dirigentes destas instituições assentes em critérios de mérito, independentemente da nacionalidade ou região.
- 13.** Neste contexto, acolhem com agrado a decisão quanto à primeira fase do processo de reformas das estruturas de governo em curso no Banco Mundial e apelam à sua célere operacionalização, recomendando ainda a pronta adopção de um calendário para a definição e implementação da segunda fase deste processo, com o objetivo de tender para a paridade de voz e voto entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

- 
- 14.** Relativamente ao FMI, apoiam os trabalhos que vêm a ser desenvolvidos pela instituição para o cumprimento dos objetivos de curto prazo identificados na Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo do G-20 que decorreu em Washington em Novembro de 2008 e, no âmbito dos objetivos de médio prazo, reiteram a importância do debate relativo à estrutura de governo da instituição, na sequência da reforma acordada nesse ano. Com esse objetivo, apoiam a retoma do processo de reforma de quotas e voz, especialmente de forma a reforçar a representação do conjunto dos países em desenvolvimento e das economias emergentes. Este processo deveria ser terminado o mais tardar em Janeiro de 2011, momento em que deveria ser concluída a Décima Quarta Revisão Geral de Quotas.

 - 15.** Acreditam que o contributo desta reunião seja relevante para os trabalhos e recomendações do G-20, que continuarão a acompanhar de forma atenta. Neste sentido, solicitam à Secretaria-Geral Ibero-Americana o acompanhamento da evolução da conjuntura económica e financeira nos países Ibero-Americanos, bem como o estabelecimento dos contactos necessários à promoção da realização de uma nova reunião de Ministros Ibero- Americanos de Finanças, Economia e Fazenda no mesmo formato, para discutir e analisar os avanços observados.

Ficha Técnica Infância e Adolescência 2009

Conferência:	XI Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal			
Contacto:	Maria João Quedas	Website:	www.mtss.gov.pt
Cargo:	Assessora do Conselho Diretivo Instituto da Segurança Social, IP	Endereço:	Rua Rosa Araújo, 43 1250-194 Lisboa, Portugal
e-mail:	m.joão.quedas@seg-social.pt		
Telefone:	(35 1) 21 310 2038		
Fax:	(35 1) 21 310 2090		
Secretaria Técnica			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador), 19 Junho		
2007:	IX Conferência, Pucón (Chile), 28-29 Maio; Reunião da Troika, Santiago (Chile), 19-20 Março		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Formação em Políticas para a Infância (Programa)			
Bancos de Leite Humano (Programa)			
Fundo Ibero-Americano para o Desenvolvimento da Infância			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de Lisboa parágrafo 18 - Programa de Ação de Lisboa parágrafos 2, 3 e 25			

XI Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência

Lisboa, Portugal, 19 de Junho de 2009

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência dos Estados Ibero-Americanos, reunidos na cidade de Lisboa, Portugal, nos dias 18 e 19 de Junho de 2009, no quadro da preparação da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009, sob o tema “A Inovação e o Conhecimento”.

Consideram:

1. Que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que este ano comemora vinte anos, assim como os seus dois Protocolos Facultativos¹ que comprometem os Estados-Parte na promoção e divulgação, dos direitos da Criança, como parte integral dos direitos humanos universais, fomentando a sensibilização das comunidades e a mobilização de todos os agentes dos diversos setores e os cidadãos em geral para o reconhecimento, promoção e realização dos direitos das crianças².
2. Que no contexto da atual crise económica é ainda mais importante reforçar a protecção integral da infância e adolescência.
3. Que a cooperação estreita e a actuação harmonizada entre os Estados Ibero-Americanos na abordagem das problemáticas e situações de vulnerabilidade que afectam as crianças, constitui uma prioridade e é reconhecida como uma mais-valia na construção de sociedades mais dignas, solidárias e igualitárias.
4. Que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e incapacidades, reconhece e estabelece que as crianças com deficiências ou incapacidades devem gozar plenamente dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidades com as demais crianças, bem como do respeito pelas suas capacidades evolutivas e identidades e formas não verbais de comunicação.

¹ Sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e sobre a venda de crianças e a prostituição e pornografia infantis.

² Por “crianças”, entende-se todas as pessoas com idade inferior a 18 anos, como estipulado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças.



Por esse motivo é importante definir políticas públicas que tenham em conta as suas especificidades.

5. Que a par da informação e sensibilização é indispensável que todos os actores, incluindo os pais e outros cuidadores, bem como os intervenientes dos setores e das redes sociais comunitárias, nomeadamente professores e outros educadores, profissionais de saúde, e outros agentes sociais e comunitários, possam adquirir formação e especialização no domínio dos direitos das crianças, para que os Estados Ibero-Americanos estabeleçam uma abordagem global em matéria de protecção e promoção dos direitos da criança, influenciando as gerações futuras.
6. Que é crucial garantir a igualdade de oportunidades para todos através de políticas sociais que combatam as desigualdades etárias, socioeconómicas, étnicas, de raça, de género e territoriais, e intensificar os esforços necessários ao sucesso escolar de cada criança para quebrar a transmissão intergeracional da pobreza e da exclusão.
7. Que a educação desempenha um papel vital para superar as desigualdades socioeconómicas e criar condições para um desenvolvimento harmonioso das crianças.
8. Que é necessário reconhecer como prioritária a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, bem como a diversificação da oferta formativa existente.
9. Que a inovação e o conhecimento, tanto na sua produção como na sua aplicação a todos os aspectos da vida das nossas sociedades, representam um factor decisivo para um maior desenvolvimento humano e justiça social.
10. Que o acesso e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação suscita desafios de natureza ética e política que deverão ser orientados por princípios de legalidade, equidade, solidariedade e respeito pela diversidade.

11. Que as novas tecnologias, a Internet e os meios de comunicação constituem instrumentos de excelência para a democratização do acesso à informação a todas as crianças e são decisivos para a crescente qualificação dos meios e instrumentos de ensino.
12. Que o risco da utilização massiva das Tecnologias da Informação por parte das crianças torna indispensáveis a assunção de compromissos efectivos por parte dos Estados no combate à violação dos seus direitos.
13. Que é essencial ter em conta a participação e a opinião das crianças em relação às Tecnologias da Informação e Comunicação.
14. Que é essencial o estabelecimento de um sistema de acompanhamento e monitorização por todos os Estados Ibero-Americanos, dos compromissos respeitantes à promoção dos direitos das crianças.

Decidem:

1. No âmbito da celebração dos vinte anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, relativa ao tema de Infância e Adolescência, realizar uma avaliação dos compromissos assumidos e informar sobre os seus resultados na próxima Conferência de Ministros.
2. Orientar o Programa de Cooperação Ibero-Americana “Fortalecimento e Formação em Políticas de Infância”, aprovado na XVII Cimeira Iberoamericana (Santiago do Chile, Novembro de 2007), no sentido da monitorização e avaliação dos compromissos assumidos em matéria de infância, contando para tal, com o apoio de organismos internacionais que trabalham sobre este tema.
3. Continuar a apoiar, nomeadamente através do Fundo Ibero-Americano para o Desenvolvimento da Infância, projetos de cooperação entre os Estados Ibero-Americanos, que promovam o fortalecimento das capacidades institucionais e dos seus programas, de forma a consolidar sistemas de protecção integral da infância e adolescência, de forma adaptada às particularidades culturais, territoriais e organizacionais de cada Estado.

4. Promover o acesso e utilização equitativa das novas tecnologias de informação e comunicação, enquanto instrumento de capacitação e de inclusão social, garantindo os direitos das crianças.
5. Desenvolver programas de formação que reforcem o respeito pelos direitos das crianças, nomeadamente programas que contribuam para o exercício de uma parentalidade positiva para pais e outros cuidadores, bem como para a qualificação dos agentes comunitários, dos técnicos dos serviços e das instituições, para a crescente melhoria das suas intervenções.
6. Promover o desenvolvimento de programas e acções especialmente dirigidos a crianças com deficiências ou incapacidades que concorram para a garantia da igualdade de oportunidades e a sua participação plena na sociedade.
7. Desenvolver iniciativas que promovam o reconhecimento e a validação do papel, quer dos professores, quer dos demais intervenores na área da educação/formação e concorram para a melhoria dos materiais de ensino-aprendizagem e para o reforço de medidas no domínio das novas tecnologias.
8. Reforçar o desenvolvimento de acções conjuntas de combate aos crimes informáticos que constituam um atentado directo contra os direitos e a integridade das crianças, onde se incluem a exploração sexual com fins comerciais e a pornografia infantil.
9. Promover a cooperação internacional através da troca de experiências e do desenvolvimento de iniciativas que concorram para o desenho e para o reforço de sistemas de monitorização e avaliação dos direitos das crianças, enquanto forma de conhecer a realidade dessas crianças e, conseqüentemente, melhorar as várias formas de intervenção.
10. Reforçar a cooperação entre os Estados Ibero-Americanos no combate à pornografia infantil na internet e outras tecnologias, tendo como base a Conferência Internacional sobre o Combate à Pornografia Infantil na Internet (Viena, 1999) cujas conclusões reforçam a criminalização mundial da produção, distribuição, exportação, transmissão, importação e posse intencional de pornografia infantil, bem como manifestar a importância de uma cooperação estreita entre os Estados e a indústria da Internet.

11. Solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) que através do seu sítio na internet, dê visibilidade às boas práticas dos países Ibero-Americanos em matéria de políticas de infância. Por outro lado, acolhe a disponibilidade da UNICEF para colaborar com os países que assim o solicitem, na sistematização das suas experiências.
12. Propor a inclusão na Declaração Final da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009 em Lisboa, sob o tema “A Inovação e o Conhecimento”, do seguinte texto:

“As Ministras, Ministros e Altas Autoridades da Infância e Adolescência reunidos em Lisboa, manifestam que é crucial garantir a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias de informação para todas as crianças, especialmente no âmbito da celebração dos vinte anos da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Ao mesmo tempo, apelam a todos os países redobrar os esforços para garantir a utilização protegida destes meios e combater todas as formas de violação de direitos das crianças, em especial a pornografia infantil na internet.

Destacam a implementação do Fundo Ibero-Americano para o Desenvolvimento da Infância e seus resultados, que já apoiaram directamente o desenvolvimento de projetos em países ibero-americanos, no reforço dos sistemas integrais de protecção da infância e valorizam a importância de dar continuidade a esta iniciativa.”

Agradecem:

De maneira especial às crianças que são o motivo desta declaração de Lisboa, e que são a razão de ser da missão e dos compromissos das Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e adolescência reunidos nesta Conferência Ibero-Americana.

Ao Fórum das Crianças e ao Fórum Ibero-americano das Organizações Não Governamentais, realizados em Lisboa, nos dias 16 e 17 de Junho, respectivamente, pela sua participação, reflexão e compromisso com a infância e adolescência Ibero-Americana.

Ao Governo do Chile pelo seu contributo ao Fundo Ibero-Americano para o Desenvolvimento da Infância.

À Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) pela sua participação na organização desta Conferência.

À Organização Internacional das Migrações, à Organização Panamericana da Saúde, à Organização Internacional do Trabalho, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pelos seus contributos para o sucesso desta Conferência.

A presença de uma representação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nesta Conferência.

Finalmente, a XI Conferência Ibero-Americana agradece ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal o caloroso acolhimento e a organização deste encontro e congratula-se com os resultados obtidos.

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da adolescência dos países Ibero-americanos subscrevem a presente Declaração, nas suas versões em português e espanhol, ambas igualmente válidas, em Lisboa, aos 19 dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove.

Ficha Técnica Inovação e Conhecimento 2009

Conferência:	Reunião Interministerial de Inovação e Conhecimento		
Secretaria Pro-Tempore: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal			
Contacto:	Teresa Tavares	Website:	www.mctes.gov.pt
Cargo:	Adjunta para as Relações Internacionais do Gabinete do Ministro	Endereço:	Estrada das Laranjeiras, 197 - 205 1049-018 Lisboa, Portugal
e-mail:	teresatavares@mctes.gov.pt		
Telefone:	(35 1) 21 7231088 / 723 1000		
Fax:	(35 1) 21 727 1457		
Secretaria Técnica			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
Não há			
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Económicos			
Projeto de TIC e Inclusão Social (Projeto Adscrito) Cooperação e Tecnologia para o Desenvolvimento - CYTED (Programa) Programa de Mobilidade Académica Pablo Neruda (Projeto) Espaço Ibero-Americano do Conhecimento			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de Lisboa parágrafos 1, 2, 3, 4, 7 e 10 ao 18 - Programa de Ação de Lisboa parágrafos 1, 4, 5, 6, 7, 27, 33, 45 e 61			

Reunião Interministerial Ibero – Americana de Inovação e Conhecimento

Estoril, Portugal, 9 e 10 de Novembro de 2009

Declaração

As Ministras e Ministros reunidos na I Reunião Interministerial Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento, no Estoril, nos dias 9 e 10 de Novembro de 2009, no âmbito da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, subordinada ao tema “Inovação e Conhecimento”;

Reconhecendo o papel da inovação como factor crítico para o desenvolvimento dos países da Comunidade Ibero-Americana no contexto da sociedade do conhecimento, capaz de gerar e sustentar ciclos prolongados de crescimento bem como soluções para as necessidades sociais;

Cientes da crescente importância das políticas científicas e tecnológicas e de ensino superior para o progresso nacional e da região Ibero-Americana, e a necessidade de políticas ambiciosas nestes domínios, com vista ao desenvolvimento de sociedades mais qualificadas e inclusivas, proporcionando um crescimento equilibrado e sustentável;

Destacando com satisfação os progressos verificados no desenvolvimento dos recursos em ciência e tecnologia e das qualificações ao nível do ensino superior no espaço ibero-americano e a evolução muito positiva da sua afirmação internacional;

Reconhecendo os progressos verificados desde o lançamento do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, formalmente apresentado na Cimeira Ibero-Americana de Salamanca, em particular a constituição do Fórum de Responsáveis de Ensino Superior, Ciência e Inovação sob égide da SEGIB, OEI e CUIB, e o lançamento do Programa Ibero-Americano de Mobilidade Académica “Pablo Neruda”, cuja rápida operacionalização destacamos;

Salientando o progresso alcançado pelo Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia (CYTED) ao longo dos 25 anos de funcionamento, constituindo uma referência importante para a cooperação ibero-americana no desenvolvimento solidário das capacidades científicas, tecnológicas e de inovação da região ibero-americana;

Reconhecendo o progresso registado desde a primeira Reunião de Ministros da Educação Ibero-Americanos, e tomando nota da Declaração de Lisboa aprovada na XIX Conferência Ibero-Americana de Educação, particularmente em matéria de:

- Promoção da colaboração dos sistemas nacionais de avaliação e acreditação da qualidade do ensino superior da região com o objetivo de favorecer o estabelecimento de mecanismos ágeis de reconhecimento mútuo de períodos de estudo, títulos e diplomas;
- Identificação e concretização, por país, das Metas 2021 acordadas na XIX Conferência Ibero-Americana de Educação.

Tomando nota da iniciativa da SEGIB de organizar de dois em dois anos, um Encontro Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação destinado a contribuir para o conhecimento mútuo e de boas práticas.

Decidem:

1. Tomar nota dos resultados dos seminários preparatórios organizados pela SEGIB dedicados à temática de Inovação e Conhecimento, nomeadamente o Seminário de Salamanca sobre "Inovação", o Seminário de Buenos Aires sobre "Espaço Ibero-americano do Conhecimento", o Seminário do Rio de Janeiro sobre "As políticas públicas para incentivar a inovação no setor privado: Uma agenda prioritária", o Seminário de Monterrey sobre "As instituições de inovação" e o Seminário Final do Estoril sobre "Inovação e Conhecimento".
2. Reconhecer que, na atual situação de crise económica, o investimento na ciência, tecnologia, inovação e no conhecimento constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento económico e social, convertendo a atual conjuntura numa oportunidade para o aumento dos níveis de coesão e desenvolvimento na região.
3. Reforçar os programas de inovação no quadro das estratégias nacionais de desenvolvimento dos respectivos países, em políticas públicas de longo prazo, dirigidas aos agentes da inovação e do conhecimento (empresas, principalmente pequenas e médias empresas, universidades, centros de I&D, centros de pós graduação, empresas de base tecnológica, parques científicos e tecnológicos, organismos da administração, redes de inovação socio- produtiva e setores sociais) para o estímulo da apropriação social generalizada da cultura científica e tecnológica.

4. Fortalecer as instituições nacionais de ciência, tecnologia e inovação e promover a cooperação solidária entre os Governos ibero-americanos aproveitando as suas múltiplas sinergias e complementaridades e respeitando as respectivas especificidades nacionais.
5. Reforçar o desenvolvimento científico e tecnológico e o esforço público e privado para o incremento do investimento em Investigação e Desenvolvimento, bem como para a formação e fixação de talentos e recursos humanos qualificados em Ciência, Tecnologia e Inovação e apoio à educação em todos os níveis, procurando garantir o funcionamento aberto dos sistemas nacionais de Ciência e Tecnologia e promover ao mais alto nível a qualidade científica. Neste sentido é importante desenvolver iniciativas que compensem ou evitem a fuga de talentos dos países menos desenvolvidos, assim como estimular a inclusão social e a igualdade de género através de políticas activas.
6. Desenvolver ou promover programas que garantam a transferência de tecnologias, em especial no espaço ibero-americano, tendo como objetivo contribuir para a solução dos problemas económicos, ambientais e sociais da região. Realizar esforços sustentáveis para melhorar as condições de acesso à informação científica e tecnológica no espaço ibero-americano em particular às publicações científicas e às bases de dados e patentes de forma cooperativa e em rede.
7. Promover o reconhecimento, a revalorização e a incorporação dos saberes tradicionais e locais nos processos de inovação, sempre que apropriado.
8. Reforçar a colaboração internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação e garantir a liberdade académica como fonte essencial de uma cultura democrática e de inovação.
9. Impulsionar uma maior cooperação entre o setor académico e as empresas, públicas e privadas e outras instituições de investigação, promovendo a transferência de conhecimento, a exploração de novas oportunidades e a resposta mais efectiva às necessidades económicas e sociais.

- 10.** Incentivar a cooperação entre organizações, redes ou programas, regionais ou internacionais, nos domínios da ciência e tecnologia, inovação, e do ensino superior, com vista ao reforço do papel internacional do espaço ibero- americano mediante a promoção de centros de excelência a nível de pós graduação, empresas de base tecnológica e parques científicos e tecnológicos. Apoiar as redes de comunicação e de uso académico como forma de trabalho cooperativo entre as comunidades científicas Ibero-Americanas, assim como o acesso à informação científica e tecnológica e a valorização da inovação na região.
- 11.** Incentivar estratégias de fomento do empreendedorismo e de valorização económica da investigação científica e tecnológica nas universidades, centros de investigação e empresas em favor do bem estar e inclusão social.
- 12.** Reforçar a formação de talentos e recursos humanos em inovação científica e tecnológica, procurando atrair mais jovens para as carreiras científicas, tal como referido na Declaração de São Salvador, e promover a cultura científica, a divulgação e educação científica e tecnológica em ambiente intercultural e de igualdade de género.
- 13.** Destacar o papel e responsabilidade do Estado na criação de condições e no incentivo a acções e estratégias de inovação baseadas em conhecimento, designadamente na produção de novos conhecimentos.
- 14.** Realizar os esforços necessários, para incorporar a inovação nas políticas públicas, com a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços que presta o Estado à sociedade em geral.
- 15.** Estimular o intercâmbio e a transferência de tecnologias entre empresas e entidades públicas dos países da região, de acordo com o conceito de inovação, promovendo a redução de assimetrias no desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação no espaço ibero-americano.
- 16.** Potenciar os desenvolvimentos verificados desde o II Fórum Ibero-americano de responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação no impulso e desenvolvimento em matéria de formação e mobilidade de jovens investigadores e técnicos entre os países da região através do Programa Pablo Neruda.

17. Saudar o estímulo dado no âmbito do III Fórum Ibero-americano de responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação, ao seguimento do reforço dos sistemas nacionais de avaliação e acreditação dos programas e instituições de ensino superior.
18. Promover a estruturação do Espaço Ibero-americano do Conhecimento e neste quadro a reorientação e o fortalecimento do Programa CYTED, desenvolvendo programas mais ambiciosos de investigação básica e aplicada em cooperação e novas iniciativas de acesso e uso compartilhado de infra-estruturas científicas e tecnológicas, tendo em conta os resultados da avaliação em curso.
19. Propor o anúncio na Cimeira do Estoril de um novo programa, denominado IBERO-AMÉRICA INOVA, ficando a definição subsequente das modalidades práticas e organizativas desse Programa a cargo de um grupo de trabalho de representantes pessoais dos responsáveis governamentais de cada país, de acordo com os princípios aqui acordados. O novo Programa terá um carácter inclusivo e aberto, complementando os programas existentes e estreitamente articulado com esses. Com este novo Programa visa-se o reforço da cooperação Ibero-Americana em matéria de investigação aplicada e Inovação tecnológica entre empresas (especialmente PME), e ainda universidades e organismos de investigação, de diversos países. O programa estimulará a cooperação entre os diversos organismos nacionais de apoio à Inovação e Investigação, e estimulará o desenvolvimento de projetos conjuntos de I&D. O programa visa intensificar a inovação tecnológica, a formação avançada e o empreendedorismo de base tecnológica, através da cooperação internacional, assim como a cooperação entre empresas, universidades e centros de investigação, e estimular as condições de sucesso de novas empresas de base tecnológica, incrementando a competitividade ibero-americana e em particular das Pequenas e Médias empresas, num novo cenário económico global pós-crise. O programa visa especialmente contribuir para um modelo de apropriação social e económica do conhecimento mais equilibrado no âmbito das sociedades ibero-americanas. O programa será inteiramente desburocratizado. Desenvolve-se através de projetos, cuja definição fica a cargo das próprias entidades participantes. O financiamento de cada projeto compete aos seus participantes e às entidades nacionais financiadoras interessadas. Todos os países ibero-americanos podem participar no Programa, a qualquer momento. O lançamento do novo Programa não envolverá a criação de nenhuma nova estrutura administrativa, nem

trará despesas acrescidas de carácter administrativo para os países. O secretariado do Programa é assegurado, por um período máximo de 5 anos, por uma agência nacional, de forma rotativa. A República Federativa do Brasil coloca à disposição do espaço ibero-americano a agência FINEP do Ministério da Ciência e Tecnologia para exercer o Secretariado inicial. O novo Programa será avaliado periodicamente, pelo menos de três em três anos, de forma externa e independente. Os resultados dessa avaliação serão públicos e serão presentes aos governos para decisão conjunta sobre as modificações a introduzir no Programa ou sobre a sua própria continuidade. A definição das modalidades operacionais do novo Programa será objecto de acordo entre os representantes de todos os interessados, no respeito pelos princípios aqui enunciados.¹

20. Manifestar a vontade de promover a reorientação e o fortalecimento do Programa CYTED com vista ao desenvolvimento de projetos de investigação em cooperação internacional e ao reforço das condições de acesso a infra- estruturas científicas e tecnológicas de investigação, e o propósito de promover sinergias e interfaces entre os Programas que compõem o “Espaço Ibero- Americano do Conhecimento”, desejavelmente promovendo a gestão de novos programas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e da participação no CYTED por uma mesma Agência nacional, reforçando ainda a cooperação com a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL).
21. As Ministras e os Ministros agradecem a hospitalidade do Governo de Portugal e saúdam o êxito da Reunião Interministerial Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento.

¹ Os representantes presentes da Bolívia, Cuba e Venezuela declararam não estar em condições, neste momento, de subscrever este parágrafo.

As Ministras e Ministros reunidos na I Reunião Interministerial Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento, reafirmando o seu empenho na construção do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, para uma cooperação consistente e duradoura, decidem submeter à consideração dos Chefes de Estado e de Governo na XIX Cimeira Ibero-Americana:

- O anúncio de um novo Programa Ibero-americano para a investigação aplicada e a inovação tecnológica, denominado “IBERO-AMÉRICA INOVA”, inclusivo e aberto a todos os países, complementar dos programas existentes e estreitamente articulado com esses. Com este novo Programa visa-se o reforço da cooperação Ibero-Americana em matéria de investigação aplicada e Inovação tecnológica entre empresas (especialmente PME) de diversos países. O programa visa ainda contribuir para um modelo de apropriação social e económica do conhecimento mais equilibrado no âmbito das sociedades iberoamericanas. O lançamento do novo Programa, inteiramente desburocratizado, e periodicamente avaliado, não envolverá a criação de nenhuma nova estrutura administrativa, nem trará despesas acrescidas de carácter administrativo para os países. O secretariado do Programa é assegurado, por um período máximo de 5 anos, por uma agência nacional, de forma rotativa. O secretariado inicial é assegurado pela FINEP do Brasil, na sequência da disponibilidade manifestada pela República brasileira.²
- A vontade de promover a reorientação e o fortalecimento do Programa CYTED com vista ao desenvolvimento de projetos de investigação em cooperação internacional e ao reforço das condições de acesso a infra-estruturas científicas e tecnológicas de investigação, e o propósito de promover sinergias e interfaces entre os Programas que compõem o “Espaço Ibero-Americano do Conhecimento”, com o apoio logístico da SEGIB, reforçando ainda a cooperação com a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL).

² Os representantes presentes da Bolívia, Cuba e Venezuela declararam não estar em condições, neste momento, de subscrever este parágrafo.

Ficha Técnica Meio Ambiente 2009

Conferência: IX Fórum Ibero-Americano de Ministros do Ambiente			
Secretaria Pro-Tempore: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de Portugal			
Contacto:	Alexandra Carvalho	Website:	www.dpp.pt
Cargo:	Directora do Gabinete de Relações Internacionais, Departamento de Prospectiva e Planeamento das RI	Endereço:	Av. D. Carlos I, 126 1249-073 Lisboa, Portugal
e-mail:	alexandra.carvalho@dpp.pt		
Telefone:	(35 1) 21 323 2593		
Secretaria País Sede: Comissão Nacional do Ambiente do Chile			
Contacto:	Raul F. Campusano Droguett	Website:	www.conama.cl
Cargo:	Chefe Departamento Assuntos Internacionais	Endereço:	Teatinos 258, sexto piso Santiago do Chile, Chile
e-mail:	rcampusano@conama.cl		
Telefone:	(56 2) 2405780		
Fax:	(56 9) 98855681		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdirectora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	VIII Fórum, Assunção (Paraguai), 29-30 Setembro		
2007:	VII Fórum, São Salvador (El Salvador), 11-13 Junho		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Formação e transferência tecnológica em matéria de gestão integrada de Recursos Hídricos (Programa)			
Redes Ibero-Americanas de:	Directores-Gerais da Água (CODIA) Responsáveis em matéria de Qualidade Ambiental Gabinetes de Alterações Climáticas Directores-Gerais do Património Natural e da Biodiversidade Programa de Formação em Gestão de Recursos Hídricos (Programa)		
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Declaração de Lisboa parágrafo 22 ao 26 - Programa de Ação de Lisboa parágrafo 29 e 30			

IX Fórum Ibero-Americano de Ministros do Ambiente Santiago, Chile, 11 de Setembro de 2009

Declaração de Santiago

Os Ministros do Ambiente Ibero-Americanos reunidos na cidade de Santiago, Chile de 9 a 11 de Setembro de 2009,

Considerando:

Que a inovação é um processo de criação, resgate, recuperação e geração participativa de conhecimentos, saberes, tecnologias, processos e instrumentos, orientando à promoção de oportunidades para melhorar a qualidade e o bem-estar das nossas sociedades no quadro do desenvolvimento sustentável.

Que é importante a difusão do conhecimento, a criação e o fortalecimento de capacidades para o desenvolvimento dos nossos povos.

Que os conhecimentos e saberes tradicionais das nossas comunidades locais, povos indígenas e comunidades afrodescendentes são uma importante fonte de formação, fortalecimento e melhoria das capacidades para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Que as alterações climáticas são o grande desafio de natureza ética da nossa civilização e requer uma resposta urgente, global e ambiciosa que se inscreva na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e no Protocolo de Quioto.

Que as florestas e as áreas protegidas são fundamentais na mitigação e na adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas.

Que os investimentos e acções em inovação e transferência tecnológica vinculadas à luta contra as alterações climáticas podem representar novas oportunidades de desenvolvimento sustentável, trabalho e melhoria na qualidade e no nível de vida de nossos povos.

Que os efeitos das alterações climáticas e a variabilidade climática ameaçam significativamente os recursos hídricos e a diversidade biológica.

Acordam:

Em Relação a Inovação e Conhecimento:

Ressaltar a importância de um quadro ético para os processos de desenvolvimento orientado a procurar que a inovação tecnológica seja levada a cabo sob um enfoque de sustentabilidade.

Promover e fortalecer processos sinérgicos de trocas de conhecimentos, saberes e pesquisa para a inovação entre e no seio dos países em desenvolvimento.

Instar os países desenvolvidos para a materialização do financiamento em conformidade com os fundos para o desenvolvimento e quando corresponder, de acordo com os fundos de financiamento, para a mitigação e adaptação às alterações climáticas em matéria de inovação nos países em desenvolvimento.

Estabelecer políticas públicas para a promoção e fortalecimento da pesquisa, da inovação, do conhecimento e de saberes, e das novas tecnologias, que se devem transformar em ferramentas ao serviço de nossos povos.

Dar as boas-vindas ao estabelecimento do quadro global de serviços climáticos na 3ª Conferência Mundial do Clima e reconhecer com satisfação que muitos dos objetivos pretendidos por este quadro já estão sendo levados a cabo na região. Comprometer-se a continuar a fortalecer através da inovação e do conhecimento a cooperação ibero-americana dos serviços meteorológicos, hidrológicos e oceanográficos em todas as suas actividades relacionadas com a observação e previsão climáticas, cruciais na luta contra as alterações climáticas e o bem-estar social.

Reafirmar o papel do Estado e a sua importância, particularmente na actual situação de crise económica e financeira global que afecta especialmente as populações mais pobres e os setores mais vulneráveis, priorizando a inovação, o conhecimento e saberes como factores estratégicos fundamentais para o desenvolvimento sustentável na perspectiva de erradicação da pobreza e da luta contra as desigualdades e a exclusão.

Afirmar que os conhecimentos e saberes das comunidades locais, povos indígenas e comunidades afrodescendentes na gestão do desenvolvimento sustentável, especialmente na gestão dos ecossistemas e a diversidade biológica devem ser potencializados e articulados com o conhecimento e as tecnologias contemporâneas, dado que entregam princípios vitais da cosmovisão, do respeito pela vida e pelos bens e serviços naturais.

En Relação com as Alterações Climáticas:

Exercer um papel de activa participação e facilitação no quadro das negociações de Alterações Climáticas impulsionando um resultado bem sucedido na COP 15 de Copenhaga:

- a) Em que os países desenvolvidos de acordo com sua responsabilidade na geração do fenómeno de alterações climáticas, devem assumir compromissos claros e quantificáveis na redução de emissões para lutar contra as alterações climáticas;
- b) Reiterar que todos os países devem participar no esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa, para o qual todos os países devem contribuir, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, em conformidade com as circunstâncias de cada país e das respectivas capacidades na luta contra as alterações climáticas.

Salientar que o financiamento e a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento para a adaptação e mitigação das alterações climáticas são elementos cruciais para o bom êxito das negociações.

Reiterar que a adaptação é uma prioridade para os países da região, particularmente para os países em desenvolvimento, sendo necessário promover instrumentos para fazer face aos impactes adversos das alterações climáticas, atendendo à vulnerabilidade dos mesmos, incluindo a variabilidade climática verificada.

Ressaltar a relação inversamente proporcional entre a adaptação e mitigação. Quanto mais tardias e menos ambiciosas forem as metas dos países desenvolvidos, mais recursos serão gastos na adaptação às alterações climáticas.

Reiterar a urgência de uma arquitectura institucional de governança funcional e inovadora dentro da Convenção Quadro das Nações Unidas para as alterações Climáticas com a participação activa de todas as Partes.

Exigir o reconhecimento e a valorização das acções precoces e voluntárias de mitigação que os países em desenvolvimento da região já estão realizando como contribuição para a luta contra as alterações climáticas, que implicaram inclusive o desembolso de recursos públicos.

Desenvolver políticas e incentivos de fácil acesso orientados para a execução de actividades de mitigação e gestão florestal sustentável nos países em desenvolvimento.

Exigir que as regras que atualmente estão em negociação relacionadas com a redução de emissões decorrentes da desflorestação e da degradação florestal tenham em conta as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, bem como as características particulares dos processos de degradação florestal a nível nacional.

Reconhecer e incorporar as alterações climáticas como um elemento transversal nas políticas e acções nacionais de desenvolvimento sustentável e gestão de riscos.

Reconhecer que o atual modelo de desenvolvimento nos tem conduzido a uma grave situação de deterioração das condições climáticas e socioambientais globais. Portanto, devemos promover mudanças nas condutas e atitudes sociais, e nos padrões actuais de produção e consumo para novos modelos de desenvolvimento sustentável baseados na ética para encarar as alterações climáticas.

Reconhecer o trabalho da Rede Ibero-Americana de Escritórios de Alterações Climáticas (RIOCC), como contribuição para as discussões deste fórum e continuar a apoiar suas tarefas.

Com Relação aos Recursos Hídricos:

Reconhecer e alertar que as Alterações Climáticas irão afectar a disponibilidade e acesso das populações à água, que é uma necessidade vital e prioritária para os nossos países. Nesse sentido, salientam que é necessário o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos a nível de bacia hidrográfica ou territórios da água conforme o caso, para incorporar também os riscos de seca inundaçã, que tenha em conta as diferentes dimensões do recurso hídrico: usos pelas populações, sustentabilidade dos ecossistemas e provisão necessária para actividades económicas de modo sustentável.

Reconhecer que um elemento chave nas estratégias de adaptação deverá ser a avaliação para cada região, país ou comunidade, dos efeitos previsíveis sobre a disponibilidade e acessibilidade aos Recursos Hídricos.

Reforçar os mecanismos regionais de cooperação orientados para a gestão integrada e participativa nas bacias, incluindo as transfronteiriças, considerando os interesses e necessidades da população, a protecção e restauração dos ecossistemas, dada a sua importância para a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

Reconhecer as propostas da X Conferência de Directores Ibero-Americanos da Água (CODIA), celebrada em 1 de Julho em Madrid, bem como o trabalho que realiza o Programa Ibero-Americano da Água, aprovado na XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em El Salvador.

Em Relação à Diversidade e Gestão dos Ecossistemas:

Ressaltar o valor da biodiversidade dos países ibero-americanos e seu papel fundamental no ambiente, bem como os serviços ambientais que prestam os ecossistemas naturais a nível global.

Promover a inovação, a troca de conhecimentos e saberes e a pesquisa para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Outras Questões:

Instar a uma activa participação na Nona Conferência das Partes da Convenção da Luta contra a Desertificação e a Seca, que será realizada no período de 21 de Setembro e 2 de Outubro em Buenos Aires, Argentina, dado que este é um tema crucial para nossa região.

Promover a participação dos países da Região no Congresso Mundial de Florestas, que será realizado em Buenos Aires, Argentina, no período de 18 a 23 de Outubro de 2009.

Reafirmar a importância de que os países da Região tenham uma activa participação na próxima Assembleia do Fundo para o Ambiente Mundial, que será realizada em Punta del Este, Uruguai, no período de 24 a 28 de Maio de 2010.



Tendo em vista a XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que será celebrada no Estoril, Portugal, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009, os Ministros do Ambiente elevam para sua consideração e posterior inclusão na declaração da Cimeira o seguinte:

Exercer um papel de activa participação e facilitação no quadro das negociações de Alterações Climáticas, impulsionando um resultado bem sucedido na COP 15 de Copenhaga:

- a) Em que os países desenvolvidos, de acordo com sua responsabilidade na geração do fenómeno de alterações climáticas, devem assumir compromissos claros e quantificáveis na redução de emissões para lutar contra as alterações climáticas;
- b) Reiterar que todos os países devem participar no esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa, para o qual todos os países devem contribuir, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, em conformidade com as circunstâncias de cada país e das respectivas capacidades da luta contra as alterações climáticas.

Acolher com satisfação a oferta do Governo da Guatemala para receber o X Fórum Ibero-Americano de Ministras e Ministros do Ambiente.

Agradecer a extraordinária gentileza da Senhora Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet, por receber os chefes de delegação desta reunião.

Agradecer ao Governo e ao Povo da República do Chile e, em especial, à Comissão Nacional do Meio Ambiente e à Chancelaria do Chile pela sua amável hospitalidade e eficiente organização do IX Fórum Ibero-Americano de Ministros do Ambiente.

Ficha Técnica Saúde 2009

Conferência:	XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde		
Secretaria Pro-Tempore: Alto Comissariado da Saúde - Ministério da Saúde de Portugal			
Contacto:	Irina Andrade	Website:	www.mtss.gov.pt
Cargo:	Direcção de Serviços de Coordenação Internacional	Endereço:	Plaza de Londres 2, 16º 1049-056 Lisboa, Portugal
e-mail:	iandrade@acs.min-saude.pt		
Telefone:	(35 1) 21 330 5001		
Secretaria Técnica			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador), 11-12 Julho		
2007:	IX Conferência, Iquique (Chile), 9-10 Julho		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Programa Bancos de Leite Humano (Programa)			
Redes Ibero-Americanas de: Doação e transplante de órgãos			
Políticas de Medicamentos			
Aprendizagem e investigação em Saúde			
Luta contra o tabagismo			
Protecção social em saúde			
Migração e Recursos humanos em saúde			
Análise, concepção e avaliação de Políticas Públicas de Saúde			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Programa de Ação de Lisboa parágrafos 20 e 21			

Declaração

XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde “Inovação e Cuidados de Saúde Primários”

Évora, Portugal, 29 e 30 de Junho de 2009

Declaração Final

As Ministras e Ministros da Saúde, reunidos na XI Conferência Ibero-Americana sobre “Inovação e Cuidados de Saúde Primários”, em Évora, nos dias 29 e 30 de Junho de 2009, no âmbito da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, subordinada ao tema “Inovação e Conhecimento”, reconhecendo que desde Alma-Ata os cuidados de saúde primários constituem a pedra angular dos sistemas de saúde, estabelecem como objetivo da reunião aprofundar o debate sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde (CSP), através de métodos e técnicas inovadoras que permitam atingir mais rapidamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Assim,

Considerando que:

1. Os princípios expressos na Declaração e Recomendações de Alma-Ata, de 1978, referentes ao reconhecimento da saúde como um “direito humano fundamental”, bem como a obrigação dos governos cuidarem da saúde dos seus povos que, por sua vez, têm o “direito e o dever de participar individual e colectivamente no planeamento e aplicação dos cuidados de saúde”, continuam válidos, assim como a Declaração de Montevideo, sobre a renovação dos cuidados primários com novas orientações e a resolução da Assembleia Mundial da Saúde que considera os cuidados primários “mais importantes do que nunca”;
2. Após 30 anos da Declaração de Alma-Ata a situação de saúde na maioria dos países ibero-americanos ainda não é satisfatória, razão pela qual uma parte importante da população não tem acesso a cuidados de saúde primários equitativos, inclusivos, universais, oportunos e transformadores, não valorizando a prevenção e a promoção da saúde através do fortalecimento de um sistema de saúde integrado, com activa participação comunitária;

3. Os países estão continuamente sujeitos a novos desafios devidos, entre outros, às variações demográficas e epidemiológicas, às alterações climáticas, a novos cenários socioculturais, ao impacto da globalização e à grave crise económica e financeira. Todos estes factores afectam particularmente as populações mais pobres e os setores mais vulneráveis;
4. O fortalecimento dos sistemas de saúde é um pilar estratégico para melhorar a qualidade de vida, promover o desenvolvimento socioeconómico e avançar na equidade e coesão social, pelo que é imprescindível dar prioridade ao desenvolvimento contínuo dos recursos humanos, ao investimento e financiamento sustentável dos sistemas integrados de saúde.

Comprometemo-nos a:

1. Desenvolver e fortalecer sistemas integrados de saúde, baseados na estratégia de cuidados de saúde primários, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção da doença sobre os valores de equidade, solidariedade, universalidade, integralidade, participação e desenvolvimento intersetoriais, potenciando o papel e a responsabilidade do Estado e a coresponsabilidade dos cidadãos;
2. Estabelecer políticas públicas que garantam o direito à saúde das populações, promovendo acções intersetoriais que incidam sobre os determinantes sociais da saúde;
3. Promover a curto prazo acções inovadoras que tenham um forte impacto na consolidação dos sistemas integrados de saúde e no acesso aos respectivos cuidados;
4. Fortalecer os sistemas de saúde através de redes Ibero-Americanas para a troca de experiências e de aprendizagem conjunta relativas aos cuidados de saúde primários, dinamizando as redes já existentes ou aquelas que venham a identificar-se como essenciais para o cumprimento dos ODM;
5. Procurar que esta estratégia se mantenha vigente para actuar sobre os problemas existentes e emergentes ou para aqueles que possam surgir no futuro, garantindo que no caso de catástrofes, epidemias ou outras crises que impliquem cuidados de saúde específicos, os países desenvolvam respostas rápidas, efectivas e coordenadas;

6. Desenvolver métodos inovadores na formação de recursos humanos com base em CSP conducentes ao reforço destes cuidados;
7. Promover modelos de financiamento dos sistemas de saúde numa perspectiva de solidariedade, sustentabilidade e equidade;
8. Fomentar e incrementar a cooperação internacional na implementação da estratégia de cuidados de saúde primários e recusar a aplicação de medidas coercivas e discriminatórias unilaterais contrárias ao direito internacional.
9. Acompanhar a implementação dos compromissos referidos por um grupo de trabalho integrado pelos países da troika, que apresentará as conclusões na próxima Cimeira Ibero-Americana em 2011;
10. Submeter à consideração dos Chefes de Estado e de Governo da Região Ibero-Americana os objetivos seguintes:
 - a. Implementar medidas inovadoras na rede de cuidados de saúde primários através de uma estratégia flexível, coordenada, eficaz e sustentável, de forma a obter elevados padrões de saúde, numa perspectiva de equidade e justiça social.
 - b. Organizar os cuidados de saúde primários com equipas multi-profissionais e desenvolver modelos de cooperação intersectorial em todos os níveis, particularmente no local, promovendo a participação comunitária.
 - c. Alocar recursos mais significativos aos *Cuidados de Saúde Primários* de modo a que a população possa partilhar os avanços científicos e tecnológicos postos ao serviço da saúde e do bem-estar;
 - d. Construir uma plataforma de entendimento entre os países da Região que permita partilhar experiências de *Cuidados de Saúde Primários* que tenham impacto na redução das desigualdades em saúde, no acesso aos cuidados de saúde, no sentido do cumprimento mais célere das metas estabelecidas nos ODM.

As Ministras e os Ministros de Saúde felicitam e agradecem ao Ministério da Saúde de Portugal pelo êxito da organização dos trabalhos da Conferência e pelo acolhimento prestado aos participantes.

Ficha Técnica Segurança Social 2009

Conferência:	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis pela Segurança Social	
Secretaria Pro-Tempore: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal		
Contacto:	Diogo Franco	Website: www.mtpps.gob.sv
Cargo:	Gabinete do Ministro	Endereço: Praça de Londres 2, 16º
e-mail:	diogo.franco@mtss.gob.pt	1049-056 Lisboa, Portugal
Telefone:	(35 1) 21 842 4100	
Fax:	(35 1) 842 4108	
Secretaria Técnica: OISS - Organização Ibero-Americana de Segurança Social		
Contacto:	Adolfo Jiménez Fernández	Website: www.oiss.org
Cargo:	Secretário-Geral	Endereço: Velázquez 105, 1º
e-mail:	sec.general@oiss.org	28006 Madrid, Espanha
Telefone:	(34) 91 561 1747 / 1955	
Fax:	(34) 91 564 5633	
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana		
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website: www.segib.org
		Endereço: Paseo de Recoletos, 8
e-mail:	sesteban@segib.org	28001 Madrid, Espanha
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995	
Fax:	(34-91) 590 1982	
Reuniões Recentes		
2008:	VII Conferência, (El Salvador), 5-6 de Julho	
2007:	VI Conferência, Iquique (Chile), 5-6 Julho; Reunião Preparatória, Santiago (Chile), 19-20 Abril; Reunião Preparatória, São Paulo, 5-6 Junho	
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais		
IDCISS: Implementação e Desenvolvimento da Convenção Ibero-Americana de Segurança Social (iniciativa aprovada na XVII Cimeira) Convenção Multilateral Ibero-Americana da Segurança Social		
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:		
- Programa de Ação de Lisboa parágrafo 22		

VII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis pela Segurança Social

Lisboa, Portugal, 10 e 11 de Setembro de 2009

A VII Conferência Ibero-Americana dos Ministros e Máximos Responsáveis pela Segurança Social, realizada em Lisboa nos dias 10 e 11 de Setembro de 2009.

Acorda:

Submeter à consideração da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo as resoluções tomadas sobre as diversas matérias abordadas na mesma:

1. Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social

Primeiro: Aprovar o texto do Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, previsto no artigo 26 da mesma, que se junta Anexo I, simultaneamente em línguas espanhola e portuguesa e que ficará depositado na Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) por intermédio da Secretaria-Geral da OISS, de harmonia com o disposto no artigo 37 do Acordo.

Segundo: Submeter aos respectivos Governos o texto aprovado, para sua apreciação e, sendo caso disso e uma vez ratificada a Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, sua assinatura e depósito na Secretaria-Geral Ibero-Americana por intermédio da Secretaria-Geral da OISS.

Terceiro: Solicitar a colaboração da OISS para a elaboração dos Estatutos do Comité Técnico Administrativo previsto no artigo 23 da Convenção, a sua convocação logo que tenham lugar a entrada em vigor daquela e o arranque dos mecanismos necessários para a sua implementação.

Quarto: Submeter o presente Acordo à consideração da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar no Estoril (Portugal) nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009.

2. Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho

Primeiro: Valorar positivamente e apoiar a *“Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho”* apresentada pela OISS e propor a sua submissão à da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo para seu conhecimento.

Segundo: Instar a OISS a prosseguir os trabalhos dirigidos ao desenvolvimento e implantação da *“Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho”* e a dar conta dos resultados conseguidos em próximas reuniões dos Ministros de Máximos responsáveis pela Segurança Social da Região.

3. Tecnologia aplicada à gestão da Segurança Social

Tendo em conta o lema da XIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, “Inovação e Conhecimento”, recomendar aos Países o máximo aproveitamento das actuais possibilidades tecnológicas que possibilitem o acesso dos cidadãos aos diferentes serviços e prestações de segurança social, na convicção de que a oferta tecnológica atual permite a consecução de maior eficiência economia, o crescimento da qualidade aplicada à prestação de serviços e à gestão geral dos Sistemas de Protecção Social. Anexa-se nota de observação da Delegação da Venezuela.

TRADUÇÃO NÃO OFICIAL

Texto para a Lista de Conclusões da VII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis da Segurança Social do Governo da República Bolivariana da Venezuela.

Lisboa, 10 e 11 Setembro de 2009.

O Governo da República Bolivariana da Venezuela aprecia o trabalho realizado pela OISS e pela SEGIB e reconhece que este tipo de encontros internacionais permitem enriquecer e intercambiar as experiências dos países ibero-americanos em matéria de segurança social. Do mesmo modo, entendendo a importância de fortalecer e melhorar as políticas públicas de saúde e segurança social nos nossos países, apoiar a iniciativa de promover, em conjunto com os Estados membros da OISS, uma estratégia ibero-americana nesta matéria.

No entanto, o Governo da República Bolivariana da Venezuela deseja manifestar o desejo de estabelecer um espaço de análise interna e avaliação com os intervenientes sociais da "... avaliação positiva e apoio..." a que se faz referência na proposta de **"Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho"**.

Por outro lado, entendendo que a **Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social** entrará em vigor uma vez que tenha sido ratificada por pelo menos sete (7) dos catorze (14) países que a subscreveram, considera-se que a aprovação do texto do Acordo de Aplicação da referida Convenção deveria ser posterior à sua ratificação.

Aos 11 dias do mês de Setembro do ano de 2009, aqueles que subscrevem em nome do Ministério do Poder Popular para o Trabalho e Segurança Social da República Bolivariana da Venezuela.

Ficha Técnica Turismo 2009

Conferencia:	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo		
Secretaria Pro-Tempore: Turismo de Portugal - Ministério da Economia e da Inovação de Portugal			
Contacto:	Rita Duarte	Website:	www.turismodeportugal.pt
Cargo:	Directora de Estudos e Planeamento Estratégico, Departamento de Assuntos Internacionais	Endereço:	Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa Portugal
e-mail:	rita.duarte@turismodeportugal.pt		
Telefone:	(35 1) 21 114 0994		
Fax:	(35 1) 21 114 0994		
Secretaria Técnica			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal Subdiretora, Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Website:	www.segib.org
		Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
e-mail:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2008:	VIII Conferência, Salinitas (El Salvador), 18 Julho		
2007:	VII Conferência, Aquiles (Chile), 29 Setembro - 2 Outubro		
Actividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Económicos			
Empreendimentos Turísticos Juvenis (Iniciativa)			
Resultados, mandatos e menções na XIX Cimeira referentes a esta RMS, ver:			
- Programa de Ação de Lisboa parágrafos 36, 37 e 57			

IX Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo “Conhecimento e Formação em Turismo”

Estoril, Portugal, 1 e 2 de Julho de 2009

As Ministras e Ministros do Turismo do espaço Ibero-Americano, reunidos na IX Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo, no âmbito da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, sob o lema “Inovação e Conhecimento”, dedicam esta iniciativa ao tema “Conhecimento e Formação em Turismo” e acordam o seguinte:

Considerando que:

1. A contribuição e o elevado potencial do turismo e das viagens nos países do espaço ibero-americano para o desenvolvimento sustentável e para a criação de riqueza e emprego representaram, em 2008, 129 milhões de turistas (14% do total mundial) e 127 mil milhões de receitas (13% do total mundial). Fonte: OMT;
2. O turismo e as viagens contribuem, a curto prazo, para a recuperação da economia mundial e, a longo prazo, para o desenvolvimento sustentável; a crise atual pode constituir uma oportunidade para abordar processos de renovação e inovação no turismo;
3. As consequências da gripe A (H1N1) nas actividades económicas, incluindo o turismo, geram grande preocupação;
4. Os avanços alcançados no plano de ação acordado na VII Conferência Ibero-Americana de Turismo, relativamente à criação de uma rede ibero-americana de centros de formação turística e ao estudo sobre o transporte aéreo comercial e o turismo;
5. O conhecimento e a formação em turismo para o desenvolvimento sustentável e a criação de emprego qualificado neste setor têm grande significado;
6. A evolução das tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao turismo e a utilização cada vez maior das mesmas como ferramentas de suporte para a formação e o conhecimento, bem como a sua inclusão nas políticas governamentais em matéria de turismo.

7. A formação e a capacitação orientadas para promover as competências requeridas pela indústria turística são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a criação de emprego qualificado neste setor.

Acordam:

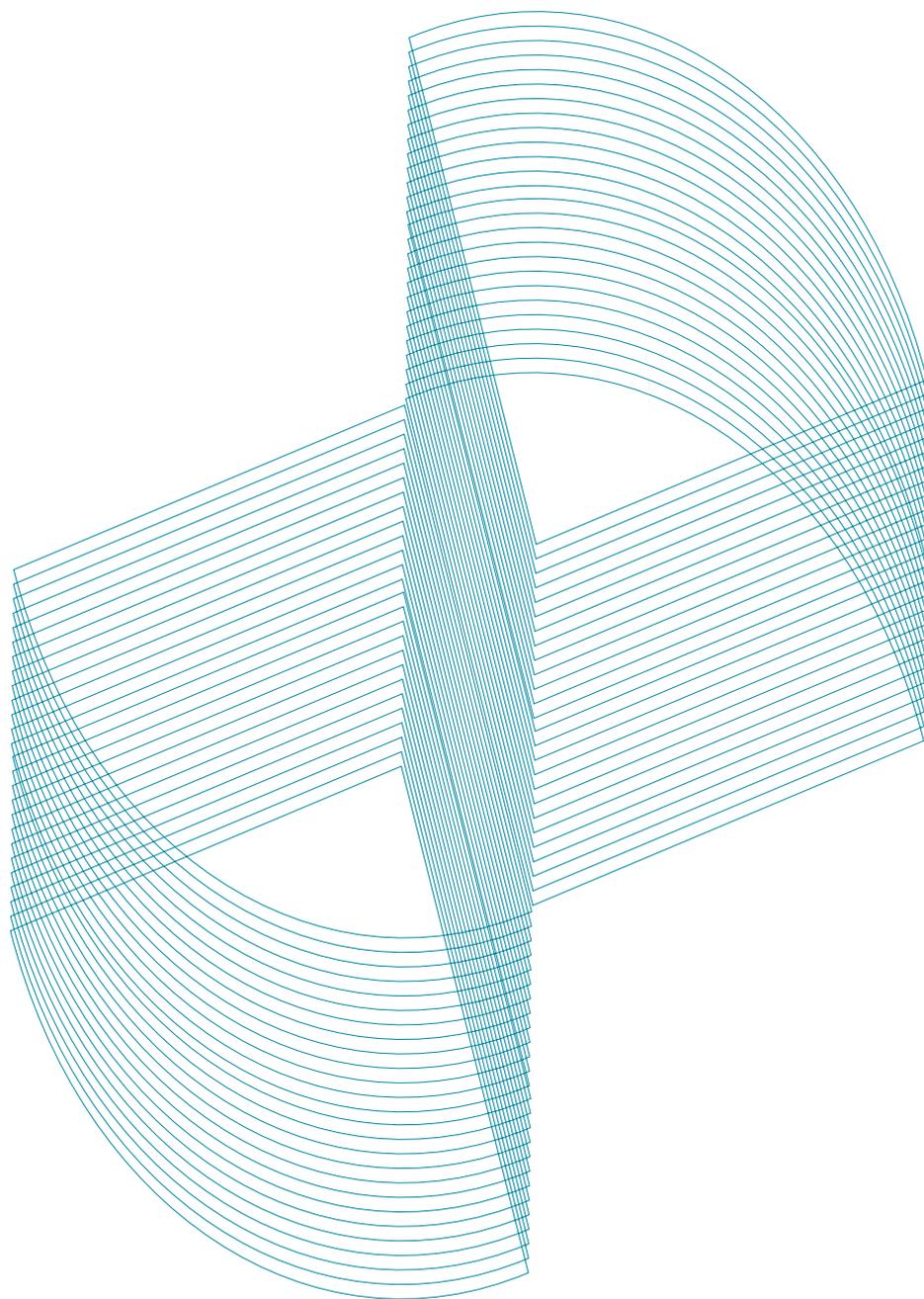
1. Que é essencial não perder de vista as políticas estratégicas de turismo a longo prazo, tais como a luta contra a pobreza, a criação de emprego e as medidas destinadas a atenuar o impacto das alterações climáticas, não obstante a recessão económica global que afecta atualmente o turismo.
2. Que perante a situação colocada pela gripe A (H1N1), se apela aos Governos cumprirem os protocolos e recomendações da Organização Mundial da Saúde, não introduzindo restrições desnecessárias nas viagens.
3. A partir dos resultados do “Estudo sobre a oferta e a procura de formação de recursos humanos no setor turístico”, solicitar ao Brasil e aos países interessados que, com o apoio da SEGIB e da OMT, elaborem uma proposta de projeto para a criação de uma rede ibero-americana de formação turística, a apresentar na reunião técnica prévia à próxima Conferência Ministerial.
4. Incentivar a inovação, a transmissão de conhecimento e as melhores práticas na aplicação das TICS na actividade turística, com especial enfoque nas Micro Empresas e PME's do espaço ibero-americano. Neste contexto, saúdam a realização do “Encontro TICS e Turismo” que se realizará em Lima, Peru, no próximo mês de Setembro.
5. Promover a cooperação, a troca de experiências e a concertação de planos e projetos para a formação de profissionais de alta qualidade, gestores e operacionais, capacitando em especial os membros das comunidades locais de modo a favorecer a estabilidade da indústria e a melhoria da qualidade de vida.
6. Reiterar a decisão tomada na VII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo na Declaração “Canais Patagónicos do Chile” em 2007 para o estabelecimento de instrumentos que permitam acompanhar os acordos subscritos nas Conferências, bem como a avaliação periódica dos mesmos, sendo esta função da responsabilidade da SEGIB.

7. Que o setor do turismo contribui directamente para a recuperação económica e deve ser objecto de uma medição precisa do seu impacto económico, através do reforço das Contas Satélites do Turismo.
8. Solicitar aos Chefes de Estado e de Governo, reunidos na XIX Cimeira do Estoril, que continuem a contribuir para uma maior valorização do turismo nas economias ibero-americanas, com ênfase nas políticas públicas e no investimento em formação de qualidade, inovação e novas tecnologias aplicadas ao turismo.
9. Manifestar o nosso reconhecimento ao Governo de Portugal, ao Ministério de Economia e Inovação e ao Turismo de Portugal, IP, pela hospitalidade e pelo trabalho realizado na organização desta Conferência.
10. Saudar a próxima Conferência de Ministros do Turismo que se realizará na República Argentina.

As Ministras e Ministros do Turismo do espaço Ibero-Americano subscrevem a presente Declaração, nas suas versões em português e espanhol, ambas igualmente válidas, no Estoril, Portugal, no dia dois do mês de Julho de dois mil e nove.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Calendário de reuniões da Conferência Ibero-Americana



Reuniões Ministeriais Setoriais

Calendário de reuniões da Conferência Ibero-Americana

Reuniões	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
Transmissão da Secretaria Pro Tempore para Portugal	SPT	FEV	2	Lisboa	Portugal
Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças	SPT	MAR	2	Porto	Portugal
Missão Preparatória da XIX Cimeira	SPT	MAR	3-5	Lisboa	Portugal
Reunião Preparatória Inovação	Univ. Salamanca	MAR	16-17	Salamanca	Espanha
XIX Conferência Ibero-Americana da Educação	OEI	ABR	20	Lisboa	Portugal
XII Conferência Ibero-Americana da Cultura	OEI	ABR	22	Lisboa	Portugal
I Seminário sobre Inovação e Conhecimento	Min. Educação Argentina	JUN	3-4	B. Aires	Argentina
XI Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência	SPT	JUN	18-19	Lisboa	Portugal
XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado	CLAD/SPT	JUN	25-26	Lisboa	Portugal
II Seminário sobre Inovação e Conhecimento	MCT/MRE/IPEA/ABDI/UNB	JUN	29-30	Rio de Janeiro	Brasil
XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde	SPT	JUN	29-30	Évora	Portugal
IX Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo	SPT	JUL	1-2	Cascais	Portugal
I Conferência Ministerial Ibero-Americana das Comunicações	SPT	JUL	8-9	Estoril	Portugal
III Seminário sobre Inovação e Conhecimento	ITM/MCT México	JUL	9-10	Monterrey	México

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo

Fóruns e Encontros

Reuniões Ministeriais Setoriais

Chanceleres

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

Reuniões vinculadas ao tema da XIX Cimeira

Reuniões	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
Quarto Seminário sobre Inovação e Conhecimento	MCT Portugal	JUL	21	Estoril	Portugal
Reunião Informal de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Co- operação	SPT	JUL	22	Estoril	Portugal
IX Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente	SPT/Gov. Chile	SET	9-11	Santiago	Chile
VII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis pela Segurança Social	OJSS	SET	10-11	Lisboa	Portugal
Almoço de Trabalho de Chanceleres	SPT	SET	24	Nova Iorque	Estados Unidos
I Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT	SET	29-30	México	México
Reunião Avançada de Protocolo	SPT	OUT	7-8	Lisboa	Portugal
Reunião Intermistrial Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento	SPT	NOV	9-10	Lisboa	Portugal
IV Fórum de Governos Locais	SPT	NOV	19-20	Lisboa	Portugal
V Fórum Parlamentar	SPT	NOV	23-24	Lisboa	Portugal
V Encontro Cívico	SPT	NOV	27-28	Lisboa	Portugal
II Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT	NOV	28-29	Estoril	Portugal
V Encontro Empresarial	SPT/AIP	NOV	29	Lisboa	Portugal
Reunião de Chanceleres	SPT	NOV	29	Estoril	Portugal
XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	SPT	NOV/DEZ	29-1	Estoril	Portugal

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo

Fóruns e Encontros

Reuniões Ministeriais Setoriais

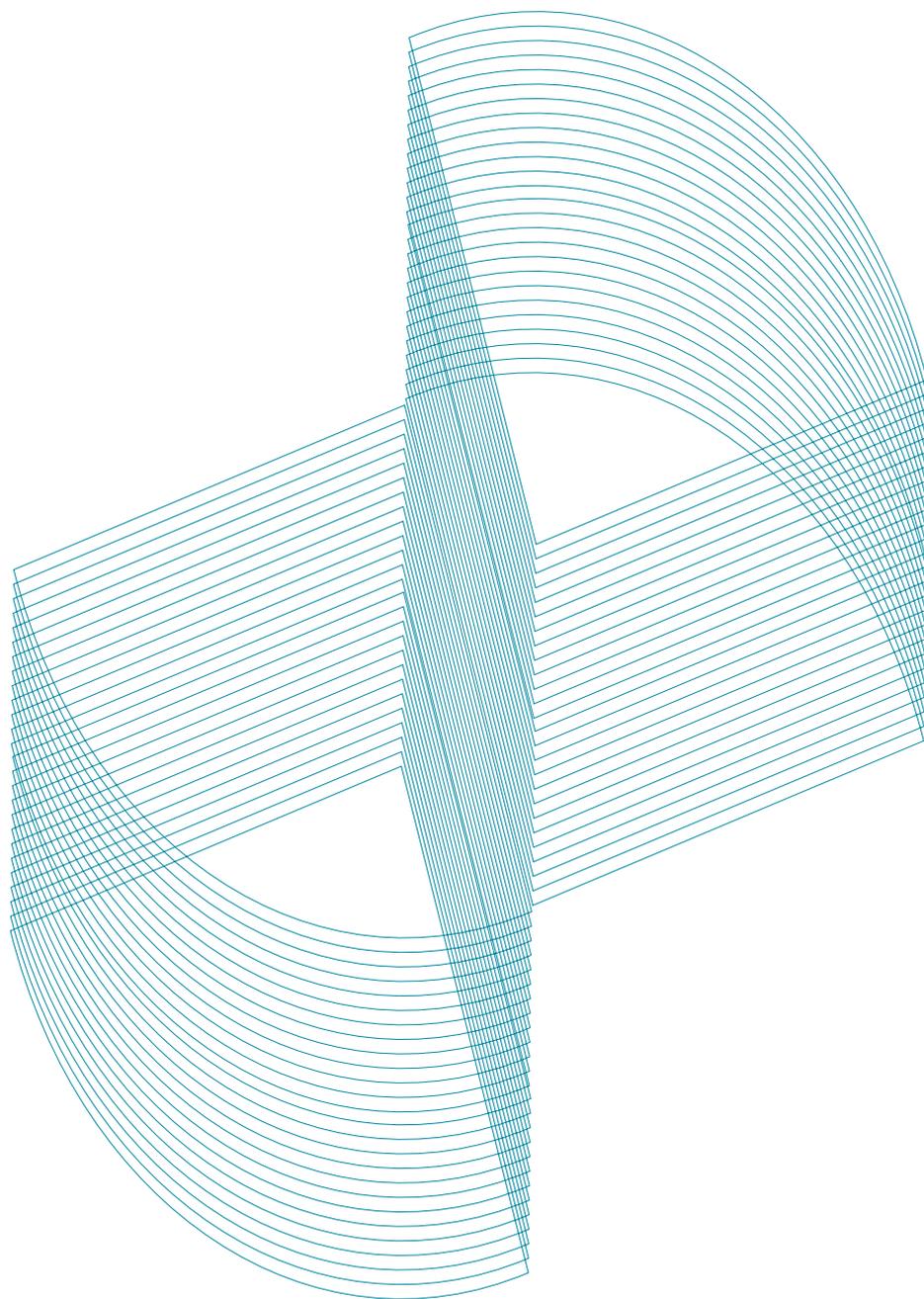
Chanceleres

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

Reuniões vinculadas ao tema da XIX Cimeira

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Assistência às Reuniões Ministeriais Setoriais

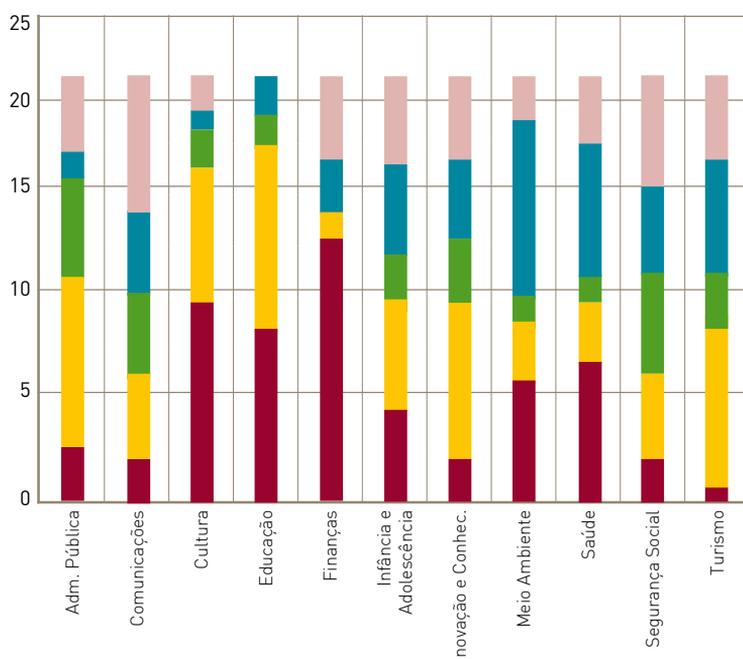


Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Assistência às Reuniões Ministeriais Setoriais

Quadro estatístico

Reunião	Ministros	Vice-Ministros	Altos Funcionários	Corpo Diplomático	Ausências	Países assistentes
Adm. Pública	3	8	5	2	4	18
Comunicações	2	4	4	4	8	14
Cultura	9	8	2	1	2	20
Educação	8	9	2	3	0	22
Finanças	13	1	0	3	5	17
Infância e Adolescência	4	5	2	5	6	17
Inovação e Conhec.	2	7	4	4	5	17
Meio Ambiente	9	5	2	3	3	19
Saúde	7	3	1	7	4	18
Segurança Social	2	4	5	4	7	16
Turismo	1	7	3	6	5	17

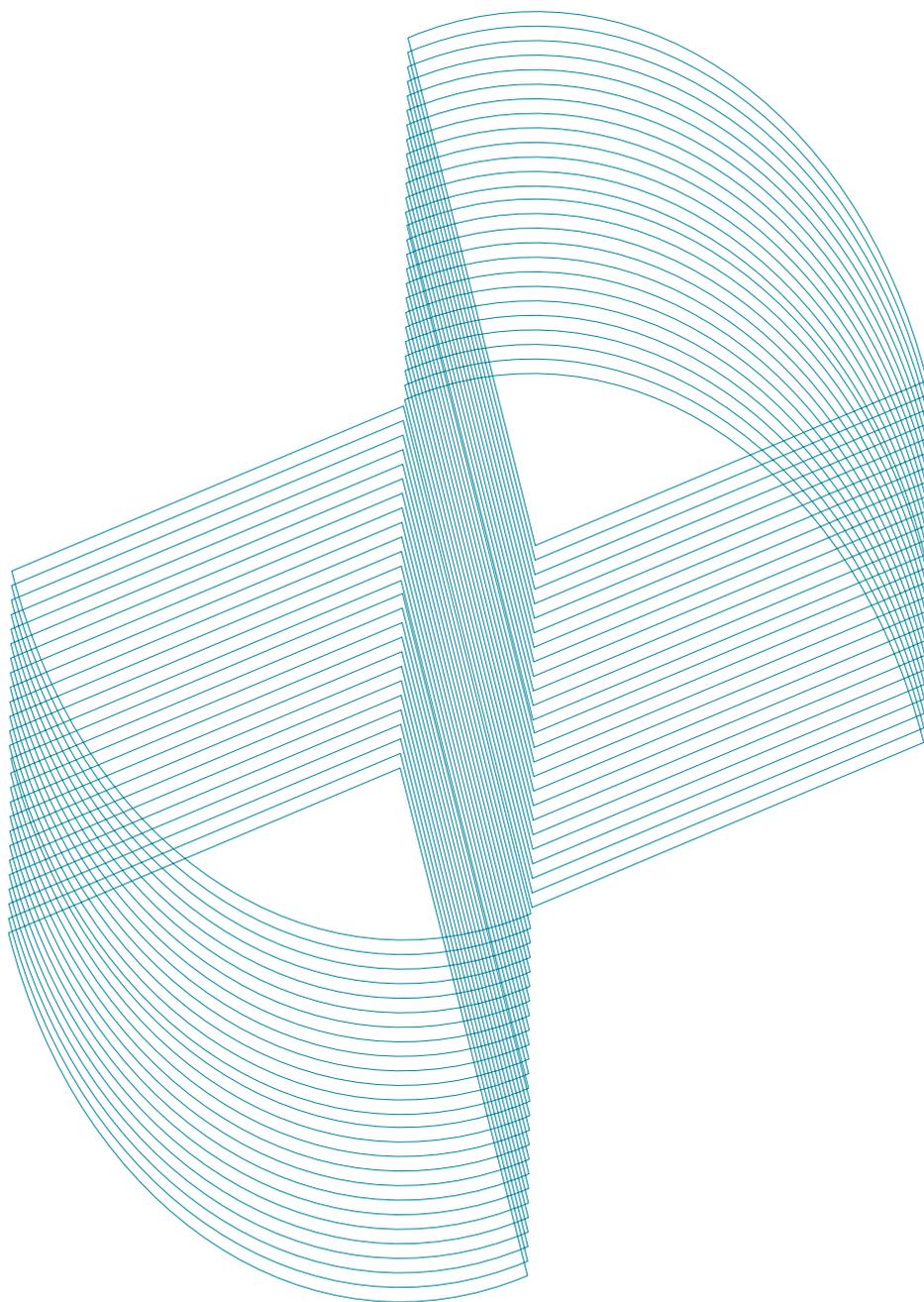


Notas do quadro estatístico de presença nas Reuniões Ministeriais Setoriais

1. A análise baseia-se num delegado por país (o chefe de delegação). Não se teve em conta o número de membros de cada delegação.
2. Apenas foram consideradas as reuniões setoriais com carácter ministerial, e não as técnicas ou preparatórias.
3. O nível de participação está condicionado pelas distinções de composição das pastas ministeriais entre os 22 países. Portanto, reuniões como as de Segurança Social ou Turismo reflectem uma baixa participação de Ministros, dado que nem todos os países contam com pastas ministeriais para estes temas, embora tenham participado muitos dos mais altos responsáveis na matéria

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

*Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais
da XIII à XIX Cimeira de 2003 a 2009*



Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XIII à XIX Cimeira de 2003 a 2009

	2003 XIII CIMEIRA (Bolívia)	2004 XIV CIMEIRA (Costa Rica)	2005 XV CIMEIRA (Espanha)	2006 XVI CIMEIRA (Urugual)	2007 XVII CIMEIRA (Chile)	2008 XVIII CIMEIRA (El Salvador)	2009 XIX CIMEIRA (Portugal)
Administração Pública e Reforma do Estado	V Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Sta. Cruz de la Sierra, Junho)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São José, Julho)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Madrid, Junho)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Montevideu, Junho)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Pucón, Maio-Junho)	X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São Salvador, Junho)	XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Lisboa, Junho)
Agricultura	VII Fórum Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Tarija, Setembro)	VIII Fórum Ibero-Americano de Ministros da Agricultura (Santiago de Compostela, Setembro)				IX Conferência Ibero-Americana de Ministros de Agricultura (Salinitas, setembro)	
Ciência e Tecnologia	Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Ciência e Tecnologia da Comunidade Ibero-Americana das Nações (Madrid, Espanha, Setembro)	A Reunião Científica deu origem a uma Declaração de Ministros Ibero-Americanos da Ciência e Tecnologia que foi elevada à Cimeira de São José					
Comunicações							I Conferência Ibero-Americana de Ministros das Comunicações (Estoril, Julho)
Cultura	VII Conferência Ibero-Americana (Cochabamba, Outubro)	Reunião de Altos Funcionários de Assuntos Culturais (São José)	VIII Conferência Ibero-Americana de Cultura (Córdoba, Junho)	IX Conferência Ibero-Americana de Cultura (Montevideu, Julho)	X Conferência Ibero-Americana de Cultura (Valparaiso, Julho)	XI Conferência Ibero-Americana de Cultura (São Salvador, Maio)	XII Conferência Ibero-Americana de Cultura (Lisboa, Abril)
Economia e Finanças	V Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e das Finanças (Santa Cruz de la Sierra, Novembro)						

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XIII à XIX Cimeira de 2003 a 2009

	2003 XIII CIMEIRA (Bolívia)	2004 XIV CIMEIRA (Costa Rica)	2005 XV CIMEIRA (Espanha)	2006 XVI CIMEIRA (Uruguai)	2007 XVII CIMEIRA (Chile)	2008 XVIII CIMEIRA (El Salvador)	2009 XIX CIMEIRA (Portugal)
Educação	XIII Conferência Ibero-Americana de Educação (Tanja, Julho)	XIV Conferência Ibero-Americana de Educação (São José, Outubro)	XV Conferência Ibero-Americana de Educação (Toledo, Julho)	XVI Conferência Ibero-Americana de Educação (Montevideu, Julho)	XVII Conferência Ibero-Americana de Educação (Valparaiso, Julho)	XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministros da Educação (Salinitas, Maio)	XIX Conferência Ibero-Americana de Educação (Lisboa, Abril)
Energia				I Reunião Ministerial Ibero-Americana de Energia (Montevideu, Setembro)			
Finanças							Reunião Extraordinária de Ministros Ibero-Americanos de Finanças (Porto, Março)
Infância e Adolescência	V Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Santa Cruz de la Sierra, Setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (São José, Outubro)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (León, Setembro)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Montevideu, Outubro)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Pucón, Maio)	X Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (São Salvador, Junho)	XI Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência (Lisboa, Junho)
Inovação e Conhecimento							I Reunião Interministerial Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento (Estoril, Novembro)
Justiça		XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Justiça (Fortaleza, Brasil, Maio/Junho)		XV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (Las Palmas, Espanha, Setembro)		XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (São José, Costa Rica, Setembro)	

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XIII à XIX Cimeira de 2003 a 2009

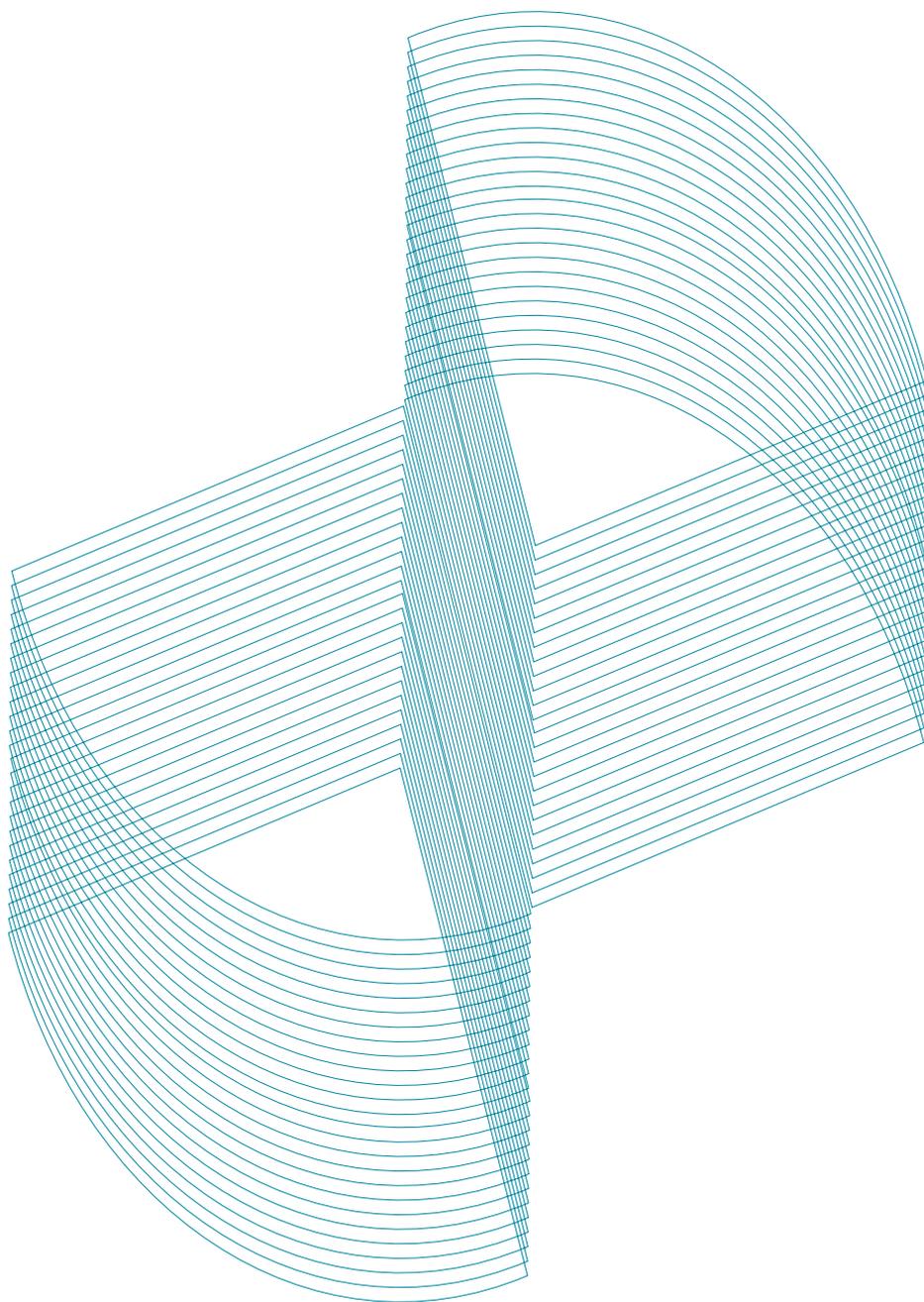
	2003 XIII CIMEIRA (Bolívia)	2004 XIV CIMEIRA (Costa Rica)	2005 XV CIMEIRA (Espanha)	2006 XVI CIMEIRA (Uruguaí)	2007 XVII CIMEIRA (Chile)	2008 XVIII CIMEIRA (El Salvador)	2009 XIX CIMEIRA (Portugal)
Juventude	XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (México, México, Novembro)	Reunião Extraordinária Ibero-Americana de Ministros da Juventude (Badajoz, Espanha, Outubro)	XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (La Habana, Cuba, Outubro)	XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis de Juventude (Santiago, Chile, Janeiro 2009)	VIII Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Assunção, Paraguai, Setembro)	IX Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Santiago, Chile, Setembro)	
Meio Ambiente	III Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Oaxaca, México, Outubro)	IV Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Cascais, Portugal, Outubro)	V Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Colón, Panamá, Setembro)	VI Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Buenos Aires, Argentina, Setembro)	VII Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (São Salvador, El Salvador, Junho)		
Políticas Da Mulher (Género)				I Conferência Ibero-Americana de Género (Santiago, Outubro)	II Conferência Ibero-Americana de Género (São Salvador, Junho)		
Presidência e Equivalentes	VIII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes Ibero-americanos (Panamá, Setembro)	IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes Ibero-americanos (México, México, Setembro)	X Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes Ibero-americanos (Cartagena, Colômbia, Outubro)	XI Reunião da Rede Ibero-Americana da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (São José, Costa Rica, Agosto)	XII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros de Presidência e Equivalentes (RIMPE) (Montevideo, Uruguaí, Outubro)		
Saúde		VII Conferência de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Granada, Setembro)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Saúde (Colônia de Sacramento, Outubro)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Saúde (Liquique, Julho)	X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde (São Salvador, Julho)		XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde (Evora, Junho)
Segurança Social	IV Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Alicante, Espanha, Outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Segóvia, Setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Liquique, Julho)	VII Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Lisboa, Setembro)			

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XIII à XIX Cimeira de 2003 a 2009

	2003 XIII CIMEIRA (Bolívia)	2004 XIV CIMEIRA (Costa Rica)	2005 XV CIMEIRA (Espanha)	2006 XVI CIMEIRA (Uruguai)	2007 XVII CIMEIRA (Chile)	2008 XVIII CIMEIRA (El Salvador)	2009 XIX CIMEIRA (Portugal)
Sociedade da Informação	III Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade da Informação (Alicante, Espanha, Novembro)						
Trabalho						I Fórum Ibero-Americano de Ministros do Trabalho (Salinitas, Setembro)	
Transportes e Infra-Estruturas			VI Encontro de Ministros dos Transportes e Infra-Estruturas da Ibero-América (Málaga, Setembro)			VII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis dos Transportes e Infra-Estrutura (São Salvador, Setembro)	
Turismo	III Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Santa Cruz de la Sierra, Setembro)	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (São José, Outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Zamora, Setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Colónia de Sacramento, Setembro)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Buque Aquiles, Puerto Montt-Laguna, San Rafael, Chile, Set-Out)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Salinitas, Julho)	IX Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Estoril, Julho)
Habituação e Urbanismo	VIII Fórum Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (La Paz, Novembro)	IX Fórum Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (São José, Outubro)	X Fórum Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Guadalupe, Setembro)	XI Fórum Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevideu, Setembro)	XII Fórum Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevideu, Setembro)	XIII Fórum Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (Salinitas, Setembro)	

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

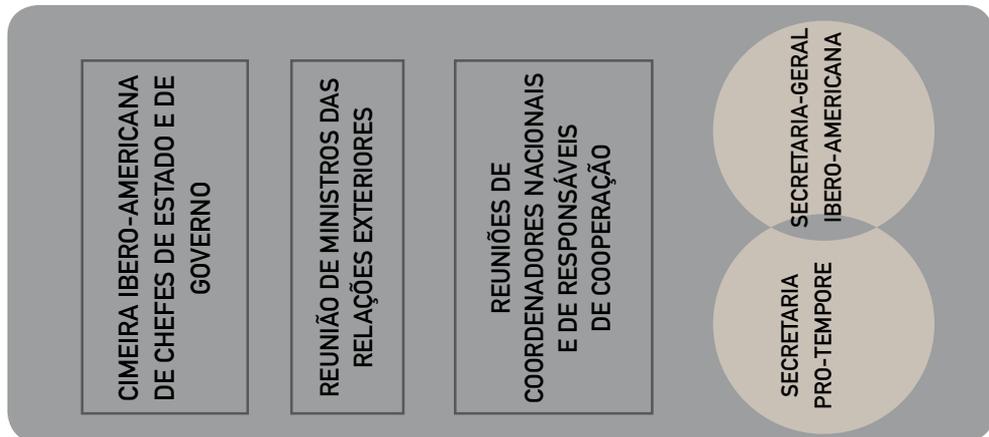
Quadro da Conferência Ibero-Americana



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Quadro da Conferência Ibero-Americana

<p>PROGRAMAS CIMEIRA</p> <p>ADAI BANCOS DE LEITE HUMANO CYTED FORMAÇÃO EM POLÍTICAS DA INFÂNCIA FORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA - RECURSOS HÍDRICOS FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL GESTÃO TERRITORIAL IBERCENA IBERGOP IBERMEDIA IBERMUSEUS IBERPEME MOBILIDADE ACADÊMICA- BOLSAS PABLO NERUDA PICBIP PLANO IBERO-AMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO RADI RILVI TEIB</p>	<p>INICIATIVAS IBERO-AMERICANAS</p> <p>CIBIT EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS JUVENIS IBERORQUESTRAS JUVENIS IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO IBERO-AMERICANA DE SEGURANÇA SOCIAL SEGUNDO TEMPO</p>	<p>PROJETOS ADSCRITOS</p> <p>CIDEU IBERQUALITAS PROJETO TICs E INCLUSÃO SOCIAL UNIÃO IBERO-AMERICANA DE MUNICIPALISTAS VIRTUAL EDUCA</p>
--	---	---

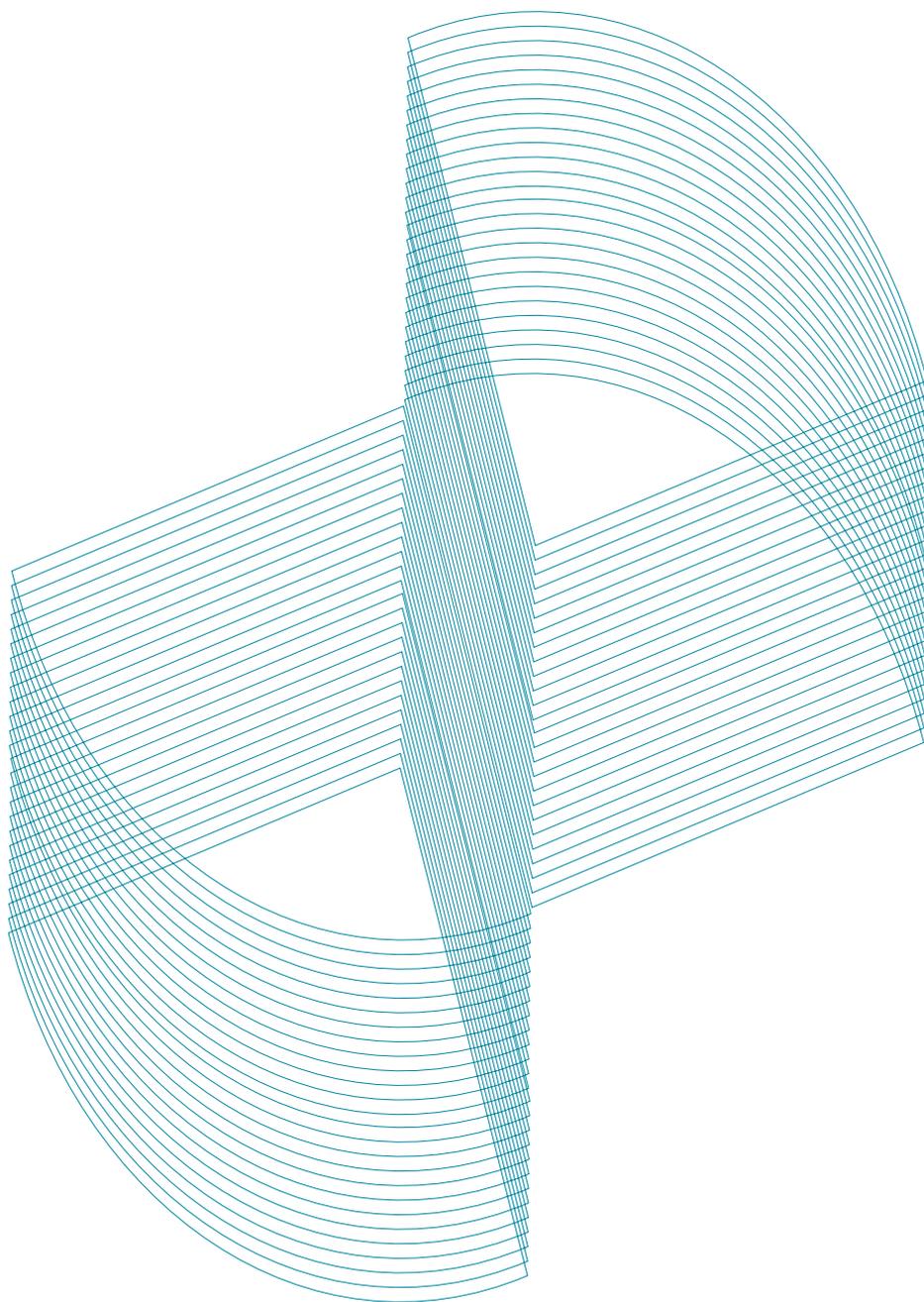


REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	(*)
Educação	(19)
Justiça	(16)
Juventude	(14)
Habituação e Desenvolvimento	
Urbano	(13)
Presidência	(12)
Cultura	(12)
Administração Pública	(11)
Infância e Adolescência	(11)
Saúde	(11)
Agricultura	(9)
Gênero	(2)
Turismo	(9)
Meio Ambiente	(9)
Transporte e Infra-Estrutura	(7)
Segurança Social	(7)
Economia e Finanças	(5)
Sociedade da Informação	(3)
Ciência e Tecnologia	(3)
Desenvolvimento Social	(1)
Energia	(1)
Trabalho	(1)
Inovação e Conhecimento	(1)
Finanças	(1)
Comunicações	(1)

(*) Número De Reuniões Realizadas

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Anexos



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Anexos

Declaração de Lisboa

Nós, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos no Estoril, em Portugal, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009 em torno do tema “Inovação e Conhecimento”,

Conscientes de que estamos de que a Inovação e o Conhecimento são instrumentos fundamentais para erradicar a pobreza, combater a fome e melhorar a saúde das nossas populações, bem como para alcançar um desenvolvimento regional sustentável, integrado, inclusivo, equitativo e respeitador do meio ambiente, prestando uma particular atenção à situação das economias mais vulneráveis,

Reafirmando o nosso propósito comum de avançar em direção a políticas públicas em matéria de inovação e conhecimento que favoreçam a equidade, a inclusão, a diversidade, a coesão e a justiça social, bem como o pleno respeito pela igualdade de género, e que contribuam para superar as consequências da crise financeira e económica mundial nos nossos países, com o fim último de melhorar a qualidade de vida dos nossos povos,

Destacando a importância da participação universal, democrática e justa no debate e na procura de soluções para essa crise, não originada no espaço ibero-americano, e reconhecendo e encorajando o papel das iniciativas regionais para enfrentá-la,

Reafirmando o nosso compromisso para com os valores, princípios, e acordos que constituem o acervo do espaço ibero-americano, Levando em consideração os valiosos contributos recebidos das Reuniões Ministeriais Setoriais, dos Fóruns Parlamentar e de Governos Locais e dos Encontros Cívico e Empresarial, e de modo especial o encontro e os seminários voltados para aspetos centrais da temática da inovação e do conhecimento, realizados ao longo do ano em Espanha, Argentina, Brasil, México e Portugal,

Acordamos:

- 1. Dar prioridade** à inovação no quadro das estratégias nacionais de desenvolvimento dos nossos países, mediante a formulação e implementação de políticas públicas de médio e longo prazo, sejam de natureza fiscal, financeira ou de crédito, dirigidas aos agentes da inovação e do conhecimento (empresas, principalmente as pequenas e médias empresas, universidades, centros de I&D, governos, setores sociais) e à população em geral, e promovendo a sua interação, estimulando, conseqüentemente a implementação gradual de uma cultura de inovação.
- 2. Fortalecer** as instituições nacionais de inovação e promover a cooperação solidária entre os Governos ibero-americanos, aproveitando as suas múltiplas sinergias e complementaridades e respeitando as especificidades nacionais.
- 3. Promover** a criação de um novo e ambicioso programa, cuja definição estará a cargo de um grupo de trabalho de responsáveis governamentais de cada país, coordenado pela SEGIB. Este deverá ser um programa para a investigação aplicada e inovação tecnológica, inclusivo e aberto a todos os países, complementar dos programas existentes e estreitamente articulado com esses. O programa visa ainda contribuir para um modelo de apropriação social e económica do conhecimento mais equilibrado no âmbito das sociedades iberoamericanas.
- 4. Promover** através do Foro de Responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação a coordenação e a criação de sinergias e interfaces de ação entre os diversos Programas, Iniciativas e Actuações no âmbito da Inovação, da Investigação e da Educação Superior que integram o Espaço Ibero-americano do Conhecimento.
- 5. Destacar** a importância crucial de fortalecer a oferta e a qualidade laboral dos povos iberoamericanos como condição essencial para a promoção da inovação.
- 6. Desenvolver e incentivar** estratégias de fomento da inserção laboral, de promoção do empreendimento, e do alargamento das garantias e qualidade laboral, incluindo a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) e do teletrabalho para a criação de trabalho digno.

7. Incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico e o esforço público e privado para o incremento do investimento em Investigação e Desenvolvimento, bem como para a formação e fixação de talentos e recursos humanos qualificados em Ciência, Tecnologia e Inovação e apoio à educação em todos os níveis, procurando garantir o funcionamento aberto dos sistemas nacionais de Ciência e Tecnologia, e promover ao mais alto nível a qualidade científica.

8. Promover e incentivar o investimento nas infraestruturas de comunicações, apoiando o acesso generalizado à Banda Larga, nomeadamente em setores de menores possibilidades e em áreas rurais.

9. Incentivar estratégias orientadas para universalizar o acesso às TICs e o desenvolvimento de conteúdos digitais, através, entre outros, de programas de alfabetização digital e tecnológica, para garantir a apropriação social do conhecimento.

10. Desenvolver ou promover programas que garantam a transferência de tecnologias aos países em desenvolvimento, em especial no espaço ibero-americano, tendo como objetivo a solução dos problemas económicos, ambientais e sociais da região.

11. Estimular o respeito e a recuperação dos conhecimentos ancestrais, tradicionais e locais, nomeadamente dos povos originários ibero-americanos e dos grupos afro-descendentes, e promover sua incorporação nos processos de inovação.

12. Promover a colaboração internacional em Ciência e Tecnologia e garantir a liberdade académica como fonte essencial de uma cultura democrática e de inovação.

13. Incentivar uma maior cooperação entre o setor académico nos seus distintos níveis, centros de investigação e empresas públicas e privadas, para criar sinergias e redes de trabalho que promovam a transferência e a absorção dos resultados da investigação à produção, à educação, ao mercado e à sociedade em geral, para que responda de forma mais efetiva às necessidades das comunidades, com claros impactos na melhoria do desempenho dos países ibero-americanos em matéria de inovação e progresso científico e tecnológico.

14. Incentivar a cooperação coordenada com outras organizações, redes ou programas, regionais ou internacionais, nos domínios da ciência e da tecnologia, da inovação e do ensino superior, com vista ao reforço do papel internacional do espaço ibero-americano do conhecimento. Criar condições propícias para outorgar recursos destinados a fomentar a inovação nas pequenas e médias empresas.

15. Aprofundar a cooperação ibero-americana em inovação e conhecimento no respeito dos princípios da solidariedade, humanismo e complementaridade, reconhecendo as assimetrias da região assim como as particularidades, necessidades e especificidades dos nossos povos, com especial ênfase naquelas de índole educativa, com o objetivo de garantir que todos os países membros beneficiem da Conferência Ibero-Americana.

16. Incentivar a implementação, nas Universidades, de estratégias de fomento do empreendedorismo e de valorização da investigação científica e tecnológica, que estejam ao serviço das comunidades e em consonância com a realidade e as necessidades dos nossos povos.

17. Potencializar a formação de talentos e recursos humanos em inovação científica e tecnológica, procurando atrair mais jovens para as carreiras científicas, de acordo com o referido na Declaração de São Salvador, e promover a cultura, a divulgação e a educação científicas, considerando as características interculturais das respetivas sociedades, incluindo a promoção de iniciativas que permitam a integração de recém-graduados em entidades públicas e privadas e centros de investigação.

18. Assegurar e promover o acesso e o uso, livre e seguro, das TICs a toda a sociedade, e em particular entre a infância, juventude e pessoas com deficiências, fomentando a inclusão e a igualdade, especialmente de género, geracional e territorial, convertendo o acesso num direito básico e universal.

19. Destacar o papel essencial do Estado para incentivar e coordenar ações e políticas de inovação no âmbito económico e social.

20. Realizar os esforços necessários, no espaço ibero-americano, para incorporar elementos de inovação nas políticas públicas, com a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços que presta o Estado à sociedade em geral.

21. Estimular o intercâmbio e a transferência de tecnologias entre empresas e governos dos países da região, de acordo com o conceito de inovação aberta.

22. Reiterar a importância da inovação, do conhecimento e da transferência de tecnologia para o combate às Alterações Climáticas e, neste contexto, continuar a participar ativa e coordenadamente na 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 15), que terá lugar em Copenhaga de 7 a 18 de Dezembro de 2009.

23. Promover e incentivar a utilização de energia produzida com base em fontes renováveis e combater a mudança do clima.

24. Contribuir, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, para um esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa, fundado em metas nacionais quantificadas para os países desenvolvidos e em ações de mitigação nacionalmente apropriadas (NAMAs), de acordo com as condições nacionais dos países em desenvolvimento, sustentadas por um fluxo adequado de financiamento e transferência de tecnologia.

25. Trabalhar para que a adaptação dos países em desenvolvimento aos efeitos negativos da mudança do clima seja amparada por fluxos financeiros internacionais novos e adicionais, suficientes e previsíveis.

26. Defender o fortalecimento do apoio financeiro e tecnológico dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento na área de mudança do clima, enfatizando o papel chave que deve cumprir, nesse contexto, pelo financiamento público internacional. Reconhecer, igualmente, o papel complementar que o setor privado poderá desempenhar no apoio às ações de mitigação e das tecnologias limpas.

27. Valorizar as melhores práticas para responder adequadamente aos desafios colocados pela crise financeira e económica internacional, que foi também tema de debate nesta Cimeira. Apoiar, nesse contexto, o aumento substancial de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para assegurar que contem com recursos suficientes para cumprir os seus mandatos em matéria de financiamento para o desenvolvimento. Fomentar de forma decidida o processo de aumento substancial de capital do BID de forma a este culminar na próxima Assembleia de Governadores, que deverá ter lugar em Março de 2010, e de forma a que o processo de revisão do Banco Mundial se conclua nas próximas reuniões da Primavera que terão lugar em Abril de 2010, e contribuir para a adopção de medidas de eficiência e racionalização nas práticas das referidas instituições. Neste contexto, expressam a sua determinação de participar e contribuir activamente num processo de transformação profunda e ampla da arquitectura financeira internacional.

28. Dispor o cumprimento ao acordado nesta Cimeira e solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) a dar seguimento aos mandatos emanados do Programa de Ação de Lisboa, que é parte integrante desta Declaração.

29. Agradecer ao Governo do Paraguai a sua oferta para organizar a XXI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo no ano 2011.

30. Reiterar o nosso reconhecimento ao Governo da Argentina, pela celebração da XX Cimeira Ibero-Americana em 2010, na cidade de Mar del Plata, e ao Governo da Espanha, que acolherá a XXII Cimeira, em Cádiz, em 2012.

31. Agradecer à SEGIB pelo trabalho desenvolvido em 2009, na execução dos mandatos emanados das Cimeiras.

32. Registrar o ingresso na Conferência Ibero-Americana do Reino da Bélgica e da República Italiana como Observadores Associados e, como Observadores Consultivos, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), do Sistema Económico Latino Americano e das Caraíbas (SELA), da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), à União Latina (UL) e da Organização dos Estados das Caraíbas Oriental (OECO).

33. Expressar o nosso mais firme agradecimento ao Povo e às Autoridades de Portugal pelo caloroso acolhimento dispensado por ocasião desta XIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Subscrevemos a presente Declaração, em dois textos originais, nos idiomas português e espanhol, ambos de igual valor, no Estoril, Portugal, no primeiro dia de Dezembro de 2009.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2009

Anexos

Programa de Ação de Lisboa

Nós, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos, com base nos objetivos estabelecidos na Declaração da XIX Cimeira Ibero-Americana, nas deliberações sobre inovação e conhecimento e os outros temas que compõem a agenda atual da Conferência, e em cumprimento dos mandatos de Cimeiras anteriores,

Acordamos as seguintes decisões constitutivas do Programa de Ação:

1. Promover a criação de um novo e ambicioso programa, cuja definição estará a cargo de um grupo de trabalho de responsáveis governamentais de cada país, coordenado pela SEGIB. Este deverá ser um programa para investigação aplicada e inovação tecnológica, inclusivo e aberto a todos os países, complementar dos programas existentes e estreitamente articulado com esses. O programa visa ainda contribuir para um modelo de apropriação social e económica do conhecimento mais equilibrado no âmbito das sociedades ibero-americanas. Uma vez criado o programa, o Secretariado Inicial estará assegurado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do Brasil, na sequência da disponibilidade manifestada pela República do Brasil.

2. Promover a formulação, o desenvolvimento e a coordenação das políticas públicas nacionais com vista à universalização do acesso às Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs), como elementos importantes para o desenvolvimento económico e social dos nossos países, incluindo as parcerias público-privadas, e tendo como objetivo estratégico promover a construção de uma sociedade de informação e conhecimento inclusiva, centrada nas pessoas e orientadas ao desenvolvimento. Fomentar o acesso e utilização, livre e segura, das TICs por parte dos jovens e das crianças ibero-americanos e apelar a todos os países a redobrem esforços para garantir a utilização protegida destes meios, combatendo todas as formas de violação de direitos das crianças, em especial a pornografia infantil.

3. Desenhar um plano específico para o fomento da inserção laboral, a promoção do empreendimento e a ampliação das garantias e qualidade laboral para os jovens, incluindo o emprego das TICs e o teletrabalho.

4. Apoiar a iniciativa da SEGIB de organizar, a cada dois anos, em coordenação com o fórum de responsáveis em Educação Superior, Ciência e Inovação, um Encontro Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, destinado a contribuir para o desenvolvimento destes temas na região, assim como à troca de boas práticas.

5. Estimular o respeito e a recuperação dos conhecimentos ancestrais, tradicionais e locais, nomeadamente dos povos originários ibero-americanos e dos grupos afro-descendentes, e promover sua incorporação nos processos de inovação.

6. Encomendar à SEGIB um estudo que sirva de base para o possível lançamento de um Programa Ibero-Americano, com o intuito de ser apresentado numa eventual reunião a celebrar-se em Buenos Aires, sobre propriedade industrial e promoção do desenvolvimento, que promova o intercâmbio da informação através da interconexão das bases públicas de propriedade industrial nos idiomas português e espanhol, bem como o desenvolvimento das atividades de capacitação existentes e a promoção da transferência tecnológica. Este estudo deverá contemplar, especialmente, os organismos de propriedade industrial, o setor académico e de investigação, e o setor empresarial, em particular as pequenas e médias empresas (PME).

7. Valorizar os esforços realizados no Espaço Ibero-Americano do Conhecimento e o papel do Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação para integrar harmoniosamente as iniciativas e os programas deste âmbito como as que são realizadas no âmbito do CYTED, Programa de Mobilidade Académica Pablo Neruda e outros. Registrar o estímulo dado pelo III Fórum ao fortalecimento dos sistemas nacionais de avaliação da qualidade e acreditação dos programas e instituições de ensino superior como meio de contribuir para o impulso da cooperação e para o reconhecimento académico dos períodos de estudo, de acordo com a legislação vigente em cada país. Solicitar à SEGIB, à Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) e ao Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB) que continuem a apoiar e a fortalecer o Fórum e que procurem colaborar na identificação de fontes de financiamento públicas e/ou privadas.

8. Solicitar a SEGIB que continue a analisar os efeitos da crise económica e financeira mundial nos países ibero-americanos, assim como a cooperar e promover os diálogos que os Governos dos Estados Membros considerem oportunos sobre o tema, na sequência do mandato da XVIII Cimeira de São Salvador, e tomando em devida atenção, entre outros, os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre a crise, que teve lugar em Nova Iorque, de 24 a 26 de

Junho de 2009, bem como as contribuições da Reunião Extraordinária de Ministros Ibero-Americanos das Finanças (Porto, Portugal), do Encontro Internacional sobre "O papel da banca na recuperação das economias ibero-americanas" (Madrid, Espanha), do Encontro de Economistas sobre "Impulsos para uma recuperação sustentável das economias do espaço ibero-americano" (Santander, Espanha) e do Seminário Ibero-Americano "Políticas Sociais em Tempos de Crise" (Assunção, Paraguai).

9. Dar continuidade à colaboração com o Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, em particular no tocante à aplicação das conclusões do II Fórum da Aliança celebrado em Istambul, em Abril do corrente ano. Neste quadro de colaboração, reiterar o convite aos países ibero-americanos, que ainda não o tenham feito, para aderirem ao Grupo dos Amigos da Aliança das Civilizações.

10. Solicitar ainda à SEGIB que inicie a formulação de uma estratégia regional ibero-americana para o diálogo intercultural, em estreita colaboração com o Alto Representante para a Aliança das Civilizações, os copatrocinadores da iniciativa e os países interessados, e que contribua para a preparação do III Fórum Mundial da Aliança das Civilizações, que terá lugar no Rio de Janeiro, Brasil, em 27 e 28 de Maio de 2010.

11. Reconhecer o contributo da Reunião de Altas Autoridades para "Não discriminação, igualdade e diversidades" que teve lugar em Buenos Aires, nos dias 24 e 25 de Setembro e, no seu seguimento, damos o nosso apoio ao acordado na declaração aprovada nessa reunião.

12. Tomar nota da realização no Brasil do Seminário Ibero-Americano de Jovens Líderes Indígenas e Afro-descendentes, em 4-6 de Novembro, em Brasília, e do Seminário sobre Experiências Ibero-Americanas de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial com Perspectiva de Género, em Salvador, de 15 a 18 de Novembro.

13. Destacar a entrada em funcionamento do Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul em Ibero-América e a nomeação da sua Responsável, bem como a aprovação e a publicação da terceira edição do Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul no espaço ibero-americano.

14. Reiterar o compromisso com o desenvolvimento regional integrado, não excludente e equitativo, levando em consideração a importância de assegurar um tratamento favorável às economias pequenas e mais vulneráveis, entre as quais se encontram as dos países em desenvolvimento sem litoral marítimo.

15. Reafirmar o Compromisso de Montevideo sobre Migrações e Desenvolvimento, como referência para a governabilidade da migração internacional, para o respeito e a proteção dos direitos humanos dos migrantes e para destacar as suas contribuições às sociedades de origem e de destino. Reafirmar, neste contexto, a especial relevância que adquire a II Reunião do Fórum Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento (FIBEMYD), a realizar-se em El Salvador, no segundo semestre de 2010. Sublinhar a importância de continuar a progredir na implementação do Compromisso de Montevideo e do Programa de Ação de Cuenca, afigurando-se a cooperação SEGIB - Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL) - Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Organização Internacional das Migrações (OIM) como o âmbito mais apropriado para esse fim, com a necessária participação dos organismos nacionais em matéria migratória em cada país.

16. Afirmar o compromisso de implementar e dar seguimento às políticas públicas transparentes, concertadas e com perspectiva de género, em pleno respeito dos direitos humanos, para enfrentar a violência e a insegurança pública, solicitando à SEGIB que tome as medidas necessárias para organizar o III Fórum Ibero-Americano sobre o tema em 2010.

17. Celebrar a iniciativa de criar um Observatório Ibero-Americano da Justiça, decidida pela Comissão Delegada da Conferência dos Ministros de Justiça dos Países ibero-americanos, saudando o estreitamento das relações entre as redes IberRede e Eurojust como ferramenta para combater o crime organizado. Expressar o nosso beneplácito em relação à iniciativa da Cimeira Judicial Ibero-Americana em matéria de integridade, transparência e prestação de contas do Poder Judicial.

18. Saudar as atividades acordadas, no quadro ibero-americano, para a comemoração dos Bicentenários das Independências Ibero-Americanas nos âmbitos nacional, sub-regional, regional e ibero-americano. Assinalar os esforços e iniciativas nacionais que se realizam para comemorar a independência dos povos da América.

19. Reafirmar o nosso compromisso para com a promoção e a proteção dos Direitos Humanos através do intercâmbio de experiências e boas práticas nessa área, nomeadamente nas políticas públicas, instruindo a SEGIB para dar continuidade às ações iniciadas neste âmbito.

20. Potencializar o papel e a responsabilidade do Estado, estabelecendo políticas públicas inovadoras que garantam o direito das populações à saúde, sobretudo as mais vulneráveis, destinando recursos significativos aos cuidados primários da saúde, sob os princípios de equidade, solidariedade, universalidade, integralidade e participação. Compartilhar experiências com impacto na redução das desigualdades, no acesso aos cuidados de saúde e para o cumprimento mais acelerado das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

21. Acompanhar os compromissos assumidos na XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde, sobre “Inovação e Cuidados de Saúde Primários”; endossar a formação de um grupo de trabalho integrado por El Salvador, Portugal e Argentina, que irá elaborar o Plano de Ação 2009-2011, necessário ao desenvolvimento e fortalecimento de sistemas integrados de saúde e que deverá ser submetido à consideração de todos os países membros.

22. Dar seguimento ao processo de ratificação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, assinada na XVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a fim de permitir a sua entrada em vigor e a assinatura do respetivo Acordo de Aplicação, cujo texto foi aprovado na VII Conferência de Ministros e Responsáveis Máximos pela Segurança Social. Apoiar a “Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho”, instando a Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS) a prosseguir os trabalhos dirigidos ao seu desenvolvimento e aplicação. Igualmente, tomar nota dos avanços no cumprimento do Plano de Ação de São Salvador, em relação à situação das pessoas idosas na região, e alentar a continuação dos referidos trabalhos.

23. Avançar, na identificação e concretização, por país, das Metas 2021 acordadas na XIX Conferência Ibero-Americana de Educação, e dos mecanismos para o seu financiamento a serem apresentadas na XX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

24. Destacar o início da experiência piloto do Programa de Mobilidade Pablo Neruda, esperando que evolua de forma socialmente inclusiva, determinando que seja feita a avaliação do seu impacto no efetivo intercâmbio no domínio das pós-graduações no espaço dos países membros do Programa.

25. Agradecer ao Governo do Chile o seu contributo para a criação e execução do Fundo Ibero-Americano para o Desenvolvimento da Infância que se traduziu na implementação de oito projetos específicos, em doze países latino-americanos, relacionados com o fortalecimento dos sistemas integrais de proteção à infância, que se concluirão em 2010. Destacar, igualmente, a implementação do Programa de Formação em Políticas de Infância.

26. Assinalar o lançamento do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015, especialmente no que respeita à participação da juventude, o fortalecimento institucional e a implementação e cumprimento da Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens, assim como continuar a apoiar a estratégia de execução do Plano.

27. A fim de garantir a igualdade de condições na prática científica e tecnológica, **considerar** essencial a avaliação do impacto de género e etnia das políticas nos domínios da inovação e conhecimento.

28. Reafirmar a nossa mais firme condenação a todo tipo de violência exercida contra as mulheres, incluindo o tráfico de seres humanos, que afeta especialmente as mulheres e sobretudo as menores de idade. Congratular-nos pelo lançamento da Campanha Ibero-Americana contra a Violência de Género promovida por alguns dos nossos Governos, com a colaboração da SEGIB e da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ). Esperar que esta campanha sirva para sensibilizar a comunidade ibero-americana sobre este problema de tão grande gravidade e que, junto com outras iniciativas, em especial a Campanha do Secretário-Geral das Nações Unidas “Unidos para pôr fim à violência contra as mulheres”, contribua para somar esforços para que todos os países adotem as medidas necessárias para acabar com o maltrato das mulheres. Neste sentido, sublinhar que foi a Guatemala o primeiro país a lançar esta campanha, no contexto do Conselho de Coesão Social com o apoio das Nações Unidas.

29. Tomar nota do progresso do Programa de Gestão de Recursos Hídricos, no âmbito da Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (CODIA) e saudar a realização do Seminário sobre Género e Água.

30. Tomar nota da iniciativa empreendida pelo Equador, denominada “Yasuní ITT”, que visa, entre outros objetivos, a exploração e o desenvolvimento de fontes alternativas de receitas, bem como reduzir a exploração não sustentável dos recursos naturais e otimizar a conservação da diversidade biológica.

31. Tomar nota das conclusões do VIII Encontro de Responsáveis de Trânsito e Segurança Viária, realizado em Santiago, Chile, no dia 14 de Junho de 2009, como instrumento para melhorar a segurança viária no espaço Ibero-Americano através de esforços na compilação de dados fiáveis de acidentes de trânsito, o estabelecimento de políticas de autoridade e um maior rigor na emissão de cartas de condução.

32. Tomar nota dos resultados do primeiro Encontro Ibero-Americano e das Caraíbas sobre Segurança Rodoviária “Protegendo Vidas” e instruir a SEGIB para que continue a prestar o seu apoio à implementação dos Princípios de Madrid. Destacar, igualmente, a importância da criação da Associação Ibero-americana de Segurança Rodoviária e a iniciativa de promover a criação de uma Federação Ibero-Americana de Vítimas dos Acidentes de Viação e saudar a realização do II Encontro Ibero-Americano e das Caraíbas sobre Segurança Rodoviária, a realizar-se no México, em 2011, solicitando à SEGIB que colabore na sua organização.

33. Solicitar à SEGIB e ao Programa Ibero-Americano de Cooperação Interinstitucional para o Desenvolvimento da Pequena e da Média Empresa (IBERPYME) que continuem com o trabalho desenvolvido sobre deteção e transferência de boas práticas em políticas públicas de apoio às Pequenas e Médias Empresas, especialmente no âmbito da inovação tecnológica e da gestão, assim como que esta experiência seja alargada a outros setores, nomeadamente a empresas de natureza social. Saudar o trabalho desenvolvido pelo Projeto Adscrito IBERQUALITAS e pela SEGIB no que respeita à difusão dos processos de Certificação de Qualidade ISO 9001 nas PME, instruindo a SEGIB para encontrar fórmulas que permitam ampliar os processos de certificação, sempre que sejam solicitados pelos Estados Membros.

34. Destacar o compromisso, assumido na I Conferência Ibero-Americana de Ministros das Comunicações, de promover, através de iniciativas conjuntas, o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação e a vontade expressa dos países presentes de posicionar o setor das comunicações no âmbito das Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes de Estado e do Governo.

35. Reconhecer o trabalho do Plano de Ação da Sociedade da Informação da América Latina e das Caraíbas (eLAC2010) como importante contribuição para incrementar o potencial das TICs na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a fim de constituir uma sociedade da informação integradora, orientada para o desenvolvimento e focalizada na pessoa, com o objetivo primordial de reduzir a pobreza na região.

36. Destacar o trabalho desenvolvido pelo Projeto Adscrito “TICs e Inclusão Social” na identificação de boas práticas para alcançar um desenvolvimento sustentável mediante o uso das TICs, em setores como a pecuária, a educação e o turismo, que permitirão alargar a sua aplicação e o acesso aos setores económicos menos desenvolvidos.

37. Promover uma maior valorização do turismo nas economias ibero-americanas, com ênfase nas políticas públicas e no investimento em formação de qualidade, inovação e novas tecnologias aplicadas ao turismo.

38. Saudar a adoção da Carta Ibero-Americana de Participação dos Cidadãos na Gestão Pública, acordada na XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, que promove a ética na gestão pública, incrementa as capacidades institucionais necessárias para assegurar a governabilidade democrática, a persecução dos objetivos do desenvolvimento com inclusão, justiça e equidade social, e a coordenação eficiente da cooperação nestas matérias.

39. Saudar a realização da Segunda edição do curso do Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP), “Formulação e Avaliação das Políticas Públicas e Inovação”, em cumprimento das diretrizes da Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE).

40. Continuar a impulsionar o estabelecimento do Centro Virtual Ibero-americano de Estudos para a Paz e Segurança Internacionais, em cumprimento do acordado nas Cimeiras de Santiago do Chile e São Salvador, com vistas a favorecer a transferência de informação, estudos e experiências académicas e os contactos permanentes entre os Colégios Ibero-americanos de Defesa, aproveitando as vantagens da rede virtual e das novas tecnologias da informação.

41. Sublinhar os resultados da VII Reunião de Diretores de Academias, Institutos e Escolas Diplomáticas Ibero-americanos, realizada nos dias 19 e 20 de Outubro de 2009 em Lisboa, em particular a importância do tema central da Cimeira “Inovação e Conhecimento” como instrumento na formação e capacitação dos diplomatas.

42. Apoiar a decisão dos Diretores das Academias, Institutos e Escolas Diplomáticas Ibero-Americanas de estabelecer uma plataforma de ação que permitirá o intercâmbio de experiências e de formas inovadoras de transmissão de conhecimentos aos diplomatas ibero-americanos, possibilitando-lhes uma formação profissional contínua.

43. Saudar a decisão tomada de se publicar uma revista com temas da atualidade internacional, com periodicidade bianual e destinada a divulgar os trabalhos de alunos de Academias e Institutos Diplomáticos.

44. Destacar a realização do IV Curso Anual de Especialização de jovens diplomatas ibero-americanos, em Lisboa, no quarto trimestre de 2009, coordenado pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, com o apoio financeiro da Agência Espanhola da Cooperação Internacional e Desenvolvimento – AECID – e da Secretaria Geral Ibero-Americana – SEGIB.

45. Destacar os avanços para o lançamento de um Prémio Ibero-Americano de Empreendedores Inovadores, em cumprimento do mandato da Cimeira de El Salvador.

46. Congratular-nos, no âmbito da aplicação do Plano de Ação da Carta Cultural Ibero-Americana, pela realização do II Congresso da Cultura Ibero-Americana, em Outubro, em São Paulo, Brasil, dedicado à Cultura e Transformação Social, e saudar, igualmente, a realização do III Congresso em Medellín, Colômbia, em Junho de 2010.

47. Destacar os resultados positivos da XII Conferência Ibero-Americana de Cultura, sobre o tema “Português e Espanhol, Línguas Compartidas, Instrumentos de Identidade, Criatividade e Multiculturalismo”, e instar os Ministros da Cultura a implementar as ações acordadas.

48. Aprovar a transformação da Iniciativa IBERORQUESTRAS Juvenis num Programa Ibero-Americano, e reconhecer o trabalho do Maestro venezuelano José Antonio Abreu, da Fundação do Estado para o Sistema Nacional das Orquestras Juvenis e Infantis da Venezuela (FESNOJIV) e dos países participantes no Programa pelas suas contribuições para a construção do espaço musical ibero-americano, bem como saudar a constituição da Orquestra Juvenil Ibero-Americana.

49. Reconhecer o mérito das iniciativas dos países ibero-americanos para o ensino do português em países de língua espanhola e do espanhol em países de língua portuguesa, fomentadas tanto no plano bilateral, quanto no âmbito dos processos de integração regional, a exemplo do MERCOSUL. Acolher a disponibilidade dos países lusófonos do espaço ibero-americano para desenvolver e aplicar ações para a formação de professores de português, desde a educação básica ao ensino secundário, nos sistemas educativos dos países que definiram ter o português como língua estrangeira de aprendizagem obrigatória, ou de ensino bilingue espanhol-português. Destacar, nesse contexto, a disponibilidade do Instituto Camões, em contribuir para este objetivo com a variada oferta bibliográfica digital e formativa do seu Centro Virtual.

50. Instruir à SEGIB para que elabore um estudo de avaliação do Programa Ibero- Americano de Cooperação em Matéria de Bibliotecas Públicas (PICBIP), em colaboração com o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e nas Caraíbas, Espanha e Portugal (CERLALC) e no âmbito do Manual Operativo.

51. Reconhecer o trabalho do Programa IBERMÉDIA para alargar a distribuição, exibição e comercialização do cinema Ibero-Americano nas televisões públicas ibero-americanas e solicitar aos países membros que empreendam as ações necessárias para o fortalecimento do Programa.

52. Reconhecer o DOCTV Ibero-América como um programa da Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América (CAACI), que reúne autoridades audiovisuais, televisões públicas e associações de produtores independentes dos países ibero-americanos, com vista à implementação de políticas públicas integradas de fomento à produção e teledifusão de documentários, com a garantia da sua difusão.

53. Solicitar à SEGIB, no seguimento das medidas enumeradas no documento "Fortalecimento Institucional da Conferência Ibero-Americana", adotadas na XVIII Cimeira Ibero-Americana, que apresente propostas concretas, com a maior brevidade possível, com vista a obter uma maior articulação, coordenação, racionalização e máximo aproveitamento do funcionamento da Conferência Ibero-Americana.

54. Instruir a SEGIB para preparar, em 2010, uma proposta de novo Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana que cubra, entre outros temas, os aspetos estruturais e de gestão dos Programas, Iniciativas e Projetos Adscritos, o papel dos Responsáveis de Cooperação e da SEGIB, assim como uma revisão da Estratégia de Cooperação ibero-americana, aprovada em 2007, na Cimeira de Santiago do Chile, com o objetivo de fortalecer a Cooperação Ibero-Americana no futuro.

55. Instruir igualmente a SEGIB para que solicite a realização de um estudo, em consulta com os países membros, que analise a atualidade dos instrumentos e convenções e, sendo o caso, pondere a conveniência e a viabilidade de se modificar a Convenção de Bariloche e o Acordo de Santa Cruz de la Sierra, nas suas partes relativas à cooperação e, em função das suas conclusões, proponha medidas substantivas para o fortalecimento da Cooperação Ibero-Americana.

56. Instruir a SEGIB no sentido de promover a racionalização do número de Iniciativas de Cooperação e de trabalhar para que a maioria das que foram apresentadas em Cimeiras anteriores evoluam para Programas da Cimeira ou sejam neles integrados, num prazo pertinente, em conformidade com o Manual Operativo da Cooperação Ibero-Americana.

57. Dar por concluída a Iniciativa Ibero-Americana de Empreendimentos Turísticos.

58. Instruir a SEGIB a apresentar uma proposta de aumento dos recursos, do orçamento ordinário e outros recursos próprios, que destina ao Programa de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul ou a outros Programas, para decisão dos Responsáveis de Cooperação, com o objetivo de alcançar 5%, em 2011 e 10%, em 2012.

59. Dar apoio aos Programas e Iniciativas de âmbito cultural que o solicitem, na aplicação do critério de quotas diferenciadas, de acordo com a proposta aprovada na XII Conferência Ibero-Americana de Cultura.

60. Felicitar a iniciativa do México de convidar conjuntamente com o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), os Responsáveis de Cooperação Ibero-Americana para participar no Fórum de Diálogo sobre Políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, realizado no dia 29 de Setembro de 2009, na cidade do México.

61. Agradecer aos governos da Argentina, do Brasil, da Espanha, do México e de Portugal, pelo seu decisivo apoio à organização dos Seminários sobre Inovação e Conhecimento, que resultaram em contributos essenciais para abordar o tema central da Cimeira do Estoril.

62. Aprovar a lista de 10 reuniões Ministeriais Setoriais que se celebrarão na Argentina, no âmbito da XX Cimeira Ibero-America de Chefes de Estado e de Governo: Administração Pública; Agricultura; Cultura; Educação; Género; Habitação e Desenvolvimento Urbano; Infância e Adolescência; Saúde; Trabalho; e Turismo. Aprovar, igualmente, a realização em 2010 das seguintes RMS: Ambiente, na Guatemala; Justiça no México; Juventude, República Dominicana; e Presidência, em Portugal.

63. Instruir a SEGIB para que prossiga a realização das Jornadas de Cooperação Ibero-Americana, tendo em conta os bons resultados das experiências realizadas no Peru e na Guatemala.

64. Tomar nota da aprovação, pelo IV Fórum Ibero-Americano de Governos Locais, realizado em Lisboa, nos dias 19 e 20 de Novembro, da Carta Ibero-Americana da Autonomia Local, que reconhece as propostas de descentralização administrativa e de política dos municípios ibero-americanos.

65. Agradecer e congratular ao Dr. Miguel Hakim Simón, Secretário para a Cooperação Ibero-Americana, que ao longo de quatro anos contribuiu para o fortalecimento da cooperação ibero-americana, criando as bases para uma maior transparência e difusão das atividades e esforços realizados pela Comunidade Ibero-Americana em matéria de cooperação.



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

